

ANA MÁRCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA  
BARBARA SUELLEN FERREIRA RODRIGUES

# BIBLIOTECA E SURDEZ

ESTRATÉGIAS PARA UMA COMUNICAÇÃO ACESSÍVEL



Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma comunicação acessível

## I EDIÇÃO

### **Autores**

Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa  
Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues

BIBLIOTECA E SURDEZ: ESTRATÉGIAS PARA UMA COMUNICAÇÃO  
ACESSÍVEL



Copyright © Editora Humanize

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei 5.988/73 e Lei 9.61/98)

### **Autores**

Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa

Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues

### **Diagramação e Editoração**

Caroline Taiane Santos da Silva

### **Publicação**

Editora Humanize

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (Editora Humanize, BA, Salvador)**

S725b SOUSA, Ana Márcia Andrade Silveira de. RODRIGUES, Bárbara Suellen Ferreira,  
BA75240  
Biblioteca e Surdez: Estratégias para uma comunicação acessível - 1ª ed. Bahia / BA:  
Editora Humanize, 2025  
1 livro digital; ed. I; il.

ISBN: 978-65-5255-065-1

1. Acessibilidade Comunicacional. 2. Biblioteca Acessível. 3. Pessoa Surda. 4. Surdez.

I. Título

CDD 302.5

### **Índice para catálogo sistemático**

|                         |    |
|-------------------------|----|
| 1. Comunicação          | 30 |
| 2. Biblioteca           | 33 |
| 3. Deficiência Auditiva | 20 |

## APRESENTAÇÃO

Quando falamos das pessoas surdas, a dimensão da Comunicação Acessível tem grande relevância, pois trata diretamente de como essas pessoas compreendem e são compreendidas na sociedade, trata-se de uma forma de comunicação que busca a inclusão no modo de falar, de escrever, de se comunicar, seja pessoalmente ou virtualmente, em que a linguagem gestual e a escrita acessível se tornam protagonistas neste processo.

O e-book: "**Bibliotecas e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível**" é fruto de uma pesquisa desenvolvida no mestrado profissional em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT do IFCE Campus Fortaleza, que permitiu a identificação das necessidades de conhecimento dos servidores da Biblioteca do IFCE Campus Sobral no que diz respeito a comunicação acessível no atendimento das pessoas surdas em suas buscas informacionais e acesso aos serviços prestados pela biblioteca, bem como o interesse desses agentes públicos em buscar meios de tornar a biblioteca ainda mais receptiva para todas as pessoas.

Está disposto em capítulos e subcapítulos que buscam esclarecer quem é a pessoa surda, trazendo informações sobre a surdez, a cultura surda, o modo de comunicação dessa comunidade, além de estratégias para o atendimento do referido público, as quais propiciam subsídios para uma comunicação acessível e inclusiva no espaço das bibliotecas, veículo de fundamental relevância na educação e formação da pessoa surda no contexto da educação profissional e tecnológica.

Esperamos que o conhecimento aqui compartilhado, contribua com a formação e o reconhecimento da biblioteca como um ambiente multifacetado e que tem o potencial e a responsabilidade de disponibilizar estrutura, acervo, serviços e atividades para todas as pessoas, buscando em tudo, proporcionar a acessibilidade e minimizar as barreiras existentes entre o usuário e o conhecimento.

Imagem 1 – QR Code com tradução em Libras da apresentação do e-book



## SOBRE AS AUTORAS

### ANA MÁRCIA ANDRADE SILVEIRA DE SOUSA



Meu nome é Ana Márcia Andrade Silveira de Sousa, discente do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Fortaleza, pós-graduada em Literatura Brasileira e Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará em Fortaleza - CE. Sou Servidora Pública desde 2008, atuando na Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral, onde exerço a função de Bibliotecária. Estive como coordenadora do Núcleo de Atendimento a Pessoa com Deficiência da Biblioteca por cinco anos e como Agente de Acessibilidade do Campus Sobral por dois anos, acredito que foram essas experiências que me chamaram atenção e interesse pela temática da Acessibilidade para Pessoas com Deficiência, que hoje tornou-se tema dessa publicação, sobre a qual tenho me debruçado durante esse período de mestrado e que pretendo continuar pesquisando e buscando meios de minimizar as barreiras existentes na sociedade, mesmo que seja por meio de pequenas ações. Também sou esposa, mãe de cinco filhos e consagrada a Deus, através da Comunidade Católica Shalom, desde 2019.

### BÁRBARA SUELLEN FERREIRA RODRIGUES



Meu nome é Bárbara Suellen Ferreira Rodrigues, e sou professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará desde 2011. Sou licenciada em química pela UECE, e mestra e doutora em Química pela UFC. Atualmente estou lotada no campus Maracanaú, onde atuo em cursos técnicos integrados e na licenciatura em Química. Contribuo também, desde 2018, como docente do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica – PROFEPT – que funciona no campus Fortaleza. Desenvolvo projetos de pesquisa na área Ensino, voltado à EPT e às Ciências da Natureza, especialmente no que se refere às práticas educativas em espaços formais e não formais de ensino. Um dos frutos desta colaboração é esta obra, que busca trazer a você, leitor, a compreensão acerca da biblioteca como um espaço que precisa ser acessível a todos, com foco nas pessoas com surdez. Também sou mãe, e é na maternidade que todos os dias renovo as minhas forças e me inspiro a pensar e realizar projetos que possam contribuir com a formações de adolescentes, jovens e adultos!

## SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>7</b>  |
| <b>CONHECENDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA</b> .....                                      | <b>11</b> |
| DEFICIÊNCIA SOB OS MODELOS MÉDICO, SOCIAL E BIOPSISSOCIAL .....                       | 11        |
| TERMINOLOGIA ATUAL .....  | 11        |
| DEMOGRAFIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA .....  | 14        |
| <b>SURDEZ E SOCIEDADE</b> .....   | <b>18</b> |
| CLASSIFICAÇÃO, CAUSAS E COMO PREVENIR A SURDEZ.....                                   | 18        |
| DESCOBERTA DA SURDEZ .....  | 19        |
| A SURDEZ PELA PERSPECTIVA OUVINTISTA.....   | 21        |
| A SURDEZ PELA PERSPECTIVA SOCIOANTROPOLÓGICA.....                                     | 21        |
| IDENTIDADE E CULTURA SURDA .....  | 22        |
| <b>ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS SURDAS</b> .....                        | <b>29</b> |
| DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE.....  | 29        |
| LEGISLAÇÃO.....   | 31        |
| DIRETRIZES PARA A COMUNICAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS EM BIBLIOTECAS                       | 31        |
| <b>RECURSOS PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL À PESSOAS SURDAS</b> ..... | <b>41</b> |
| LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS.....   | 41        |
| ALFABETO MANUAL DA LIBRAS .....   | 44        |
| JANELA COM INTÉRPRETE DE LIBRAS .....   | 45        |
| LINGUAGEM SIMPLES.....  | 47        |
| LEGENDAS DESCRITIVAS.....   | 48        |
| TECNOLOGIAS ASSISTIVAS.....   | 49        |
| CURSOS GRATUITOS SOBRE ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO .....                            | 53        |
| <b>ACESSIBILIDADE NA PRÁTICA</b> .....  | <b>56</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | <b>59</b> |

## INTRODUÇÃO

Ao refletirmos sobre a comunicação e sua relevância na sociedade, percebemos que ela permeia todos os aspectos da vida humana. No âmbito da educação, a comunicação é essencial para promover a formação, o intercâmbio de conhecimentos e a colaboração indispensáveis nesse processo. Contudo, para que a comunicação seja efetiva, é necessário que os envolvidos, tanto emissor quanto receptor, compartilhem um campo simbólico e linguístico comum.

As pessoas com deficiência, por sua vez, enfrentam limitações físicas, visuais, auditivas e intelectuais, que podem impactar sua capacidade de comunicação, tanto na sociedade quanto em ambientes educacionais formais e informais, como as bibliotecas, uma vez que estas desempenham um papel fundamental ao oferecer serviços de informação que complementam a formação humana, sendo imprescindível que garantam uma comunicação eficiente e eficaz no atendimento a todos os usuários, sejam eles com ou sem deficiência.

A Declaração de Madri (2002) traz uma nova perspectiva sobre as pessoas com deficiência e sua participação na sociedade, apresentando ferramentas para compreender melhor o processo de inclusão social. Essa declaração ressalta que as ações estão deixando de focar na reabilitação das pessoas para que se "adaptem" à sociedade, adotando, em vez disso, uma filosofia global voltada à transformação da sociedade para incluir e acomodar as necessidades de todas as pessoas (Declaração [...], 2002, p.2).

A acessibilidade torna-se, assim, protagonista e essencial na vida da pessoa com deficiência, conforme vemos nos estudos de Napolitano (2016), quando este afirma que a acessibilidade traz a possibilidade e as condições de igualdade de oportunidades, eliminando barreiras e favorecendo mudanças consideráveis na sociedade para torná-la acessível por qualquer indivíduo em quaisquer circunstâncias, independentemente de suas particularidades.

Quando falamos de barreiras na acessibilidade, tomamos como referência a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), que apresenta barreiras, como qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, segundo Brasil (2015) essas barreiras são classificadas em barreiras urbanísticas, as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; barreiras nas edificações, as

existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; barreiras nos transportes, as existentes nos serviços de transportes; e barreiras nas comunicações e informações, qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.

Romeu Sasaki, estudioso e consultor sobre inclusão social, apresenta ainda, a acessibilidade “como uma qualidade, uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana” (Sasaki, 2009, p.2). Tomando esse princípio, podemos inferir que um ambiente acessível e baseado em desenho universal é benéfico para todas as pessoas.

Diante das premissas apresentadas e a partir das necessidades identificadas, desenvolvemos o e-book intitulado: "**Bibliotecas e Surdez: Estratégias para uma Comunicação Acessível**" com o intuito de minimizar as barreiras comunicacionais encontradas pelas pessoas surdas no contexto das bibliotecas, onde os agentes terão acesso a um conteúdo pensado para conhecer a pessoa surda e suas especificidades comunicacionais, a fim de agregar acessibilidade no atendimento dos usuários que buscam serviços de informação.

Para a elaboração desse produto educacional, tomamos como referência Kaplun (2003), que propõe três eixos para a investigação e construção de um material educacional, são eles: o eixo conceitual, o pedagógico e o comunicacional. O **eixo conceitual** diz respeito a pesquisa temática, conhecimento aprofundado do tema que será abordado, e a pesquisa diagnóstica, necessária para “escolher as ideias centrais que serão abordadas pelo material” (Kaplun, 2003, p.48).

O **eixo pedagógico** é apresentado como o caminho que será proposto ao sujeito a quem queremos alcançar, onde ele é convidado a conhecer uma nova perspectiva que será proposta, a partir do eixo conceitual (Kaplun, 2003). O que nos leva a considerar primordial, de acordo com o autor, investigar as ideias prévias do destinatário, sobre a temática a ser discutida no produto educacional. É o que Kaplun (2003, p. 49) define como reconhecer as “ideias construtoras” do sujeito, que são “aquelas sobre as quais, com as quais e, frequentemente,

contra as quais se vai tentar construir uma nova percepção, uma nova conceitualização, habilidade etc.”.

Quanto ao **eixo comunicacional**, Kaplun (2003) apresenta como o modo concreto, pelo qual, será percorrido o caminho traçado no eixo pedagógico, de acordo com as especificidades do sujeito destinatário do produto educacional.

A proposta do e-book tem caráter educacional, tendo como objetivo principal, oferecer suporte informacional sobre acessibilidade comunicacional aos profissionais que trabalham em bibliotecas, a fim de minimizar as barreiras existentes no acolhimento e inclusão de pessoas surdas em suas buscas por serviços de informação.

A disposição dos capítulos traz a seguinte proposta e objetivos:

**Introdução:** Contextualizar o leitor nos conceitos e temática abordada ao longo dos demais capítulos.

**Conhecendo a pessoa com deficiência,** tem como objetivo apresentar os conceitos de deficiência a partir dos modelos médico, social e biopsicossocial com ênfase no conceito biopsicossocial da deficiência, bem como a demografia da pessoa com deficiência e as terminologias utilizadas com o enfoque não discriminatório e não capacitista.

**Surdez e Sociedade,** intenta prover conhecimento sobre a cultura, as características e as necessidades das pessoas surdas, no que tange aos aspectos da construção da sua identidade na sociedade.

**Acessibilidade Comunicacional para pessoas surdas** tem o objetivo de fomentar a acessibilidade comunicacional no atendimento das pessoas surdas que frequentam a biblioteca do IFCE Campus Sobral, CE, a fim de minimizar as barreiras existentes.

**Recursos para promoção da Acessibilidade Comunicacional à pessoa surda,** propõe elencar alguns dos principais recursos e tecnologias assistivas na comunicação das pessoas surdas, que possibilitam a compreensão e inserção desses indivíduos nos mais diversos ambientes, inclusive nas bibliotecas.

**Acessibilidade na prática**, objetiva apresentar práticas de acessibilidade comunicacional para pessoas surdas que são oferecidas em outras bibliotecas e instituições, assim como sugestões de atividades que envolvam a comunidade surda e promova suas manifestações literárias.

## CONHECENDO A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), considera que a pessoa com deficiência é aquela que tem algum tipo de impedimento de longo prazo de natureza sensorial, intelectual, física ou mental, que, ao interagir com uma ou mais barreiras, fica impedida de participar da sociedade de forma efetiva em termos de igualdade com pessoas sem deficiências.

Buscaremos neste capítulo discutir alguns modelos desenvolvidos ao longo dos anos para conceituar e apresentar as necessidades e especificidades das pessoas com deficiência, desde a primeira guerra mundial até os dias atuais.

### DEFICIÊNCIA SOB OS MODELOS MÉDICO, SOCIAL E BIOPSISSOCIAL

O *modelo médico/reabilitador*, que emerge no período pós-Primeira Guerra Mundial em resposta aos impactos laborais sofridos pelos "feridos de guerra", atribui causas científicas à deficiência. Nesse contexto, à medida que as pessoas com deficiência passam pelo processo de reabilitação, deixam de ser vistas como inúteis ou dispensáveis. O foco desse modelo é a normalização dos indivíduos com deficiência, entendendo suas limitações como o principal obstáculo, o que reforça a necessidade de reabilitação física, psíquica e sensorial. "A deficiência é vista como um problema individual da pessoa, incapaz de enfrentar a sociedade, o que propicia o surgimento dos serviços de assistência social institucionalizados, a educação especial, os benefícios de reabilitação médica e as cotas laborais" (Silva, 2021, p.12).

O *modelo social da deficiência*, que emerge no Reino Unido em meados da década de 1960, surge como uma resposta às abordagens biomédicas. Sua ideia central: "é de que a deficiência não deve ser entendida como um problema individual, mas como uma questão eminentemente social, transferindo a responsabilidade pelas desvantagens dos deficientes das limitações corporais do indivíduo para a incapacidade da sociedade de prever e ajustar-se à diversidade" (Silva, 2021, p.12). Assim, o modelo social parte do princípio de que a deficiência resulta da interação entre as características do corpo do indivíduo e as condições da sociedade em que está inserido. Em outras palavras, é a combinação das limitações físicas ou funcionais com uma organização social que não considera adequadamente a diversidade corporal.

O *modelo biopsicossocial da deficiência* - Com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – publicada em Nova York, em 2006, e promulgada no

Brasil pelo Decreto nº 6.949, em 2009 –, o conceito de deficiência passou a ser reconhecido pela ótica do **modelo biopsicossocial**, que considera tanto as particularidades das deficiências quanto às barreiras atitudinais e ambientais do meio em que a pessoa com deficiência vive (Brasil, 2009).

A partir da Convenção dos direitos das pessoas com deficiência e a Lei de inclusão da pessoa com deficiência, prevalece o modelo biopsicossocial em que, a deficiência passa a ser resultante “da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2016, p. 69).

Na perspectiva biopsicossocial, portanto, a deficiência não se relaciona apenas às estruturas e funções do corpo, mas também aos fatores contextuais, ou seja, do contexto em que a pessoa vive. Assim, é compreendida como o resultado da interação entre pessoas com impedimentos nas funções e estruturas do corpo e fatores contextuais diversos, que interagem com esses impedimentos.

## TERMINOLOGIA ATUAL

A construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva exige uma atenção especial à linguagem, pois é através dela que, de forma consciente ou inconsciente, se expressa o respeito ou a exclusão das pessoas com deficiência. A linguagem, sendo dinâmica, se adapta aos valores predominantes de cada época. Dessa forma, é fundamental refletir sobre os estigmas historicamente atribuídos a essas pessoas, a fim de repensar as formas de interagir com elas.

A maneira como as pessoas são nomeadas e percebidas reflete diretamente o respeito e a dignidade que lhes são atribuídos. Ao longo da história, diversos termos pejorativos foram usados para se referir a pessoas com deficiência, como “excepcionais”, “retardados”, “aleijados”, “inválidos” e “mongoloides”. Sassaki (2006) em seu estudo sobre as terminologias da pessoa com deficiência, faz as seguintes observações: o termo “excepcional”, por exemplo, foi amplamente utilizado entre as décadas de 1950 e 1970 para designar pessoas com deficiência intelectual. No entanto, nos anos 1980 e 1990, estudos sobre pessoas com altas habilidades promoveram uma mudança nessa terminologia. O termo “excepcionais” foi substituído por “excepcionais negativos”, para aqueles com inteligência lógico-matemática

abaixo da média, e “excepcionais positivos”, para aqueles com altas habilidades ou múltiplas inteligências acima da média. Esses termos caíram em desuso devido ao seu caráter discriminatório e pejorativo.

Para construir uma sociedade mais inclusiva e respeitosa, é essencial valorizar e adotar a forma como as pessoas com deficiência preferem ser chamadas. Nesse sentido, os debates promovidos pelos movimentos globais de pessoas com deficiência resultaram em um consenso sobre a terminologia adequada: pessoas com deficiência. *Essa expressão foi formalizada na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e, posteriormente, incorporada nas legislações nacionais.*

O termo “pessoas portadoras de deficiência”, utilizado anteriormente, foi descartado, pois entende-se que a deficiência é parte integrante da pessoa. Como observa Silva (2021, p. 8): “a deficiência é inerente à pessoa que a possui. Não se carrega, não se porta, não se leva consigo, como se fosse algo sobressalente ou um objeto.”

Portanto, a principal terminologia a ser adotada é “pessoa com deficiência”. Também é aceitável o uso de substantivos seguidos de “com deficiência”, como: aluno ou aluna com deficiência, atleta com deficiência ou jornalista com deficiência. Ao se referir a alguém que não tem deficiência, deve-se utilizar o termo “pessoa sem deficiência”. O uso de “pessoas normais” deve ser evitado, pois sugere seu oposto: “pessoas anormais”.

O termo “pessoa com necessidades especiais”, amplamente utilizado na década de 1990 e que originou as expressões “pessoa portadora de necessidades especiais” e, posteriormente, “pessoa portadora de deficiência”, também foi abandonado. O conceito de “portar” atribuía um valor externo à pessoa. Em 1994, após amplos debates conduzidos por pessoas com deficiência em diversos países, incluindo o Brasil, elas decidiram ser denominadas como “pessoa com deficiência”.

Com base na Convenção Internacional das pessoas com deficiência, terminologias mais simples e que representam a realidade de forma positiva e respeitosa passaram a ser apoiadas por pessoas com deficiência e adotadas em sociedades inclusivas. No quadro 1, elaborado a partir dos conceitos extraídos de Brasil (2020), apresentamos exemplos de nomenclatura para denominar pessoas com surdez.

Quadro 1 - Terminologia adequada para pessoas com surdez

| Nomenclatura                            | Descrição e Uso   |
|---|---|
| <b>Pessoa com deficiência sensorial</b> | Geralmente utilizado para se referir às pessoas com deficiência visual, auditiva ou surdocegueira.  |
| <b>Pessoa com deficiência visual</b>    | A terminologia “deficiência visual” remete a uma categoria que envolve dois tipos: baixa visão e cegueira (ambas em diferentes graus).  |
| <b>Pessoa surda</b>                     | A maioria das pessoas surdas preferem ser chamadas de surdas, no entanto deve-se evitar dizer “pessoa com surdez total”, “pessoa surda total” ou “surdo total”.   |
| <b>Pessoa surdocega</b>                 | Terminologia utilizada para pessoas que têm deficiência visual e auditiva concomitante, ambas em diferentes graus.  |
| <b>Pessoa com baixa audição</b>         | É usado em substituição aos termos “surdo parcial” ou “pessoa com surdez parcial”.  |
| <b>Pessoa surda sinalizante</b>         | Refere-se à pessoa surda que se comunica pela língua de sinais, por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras).   |
| <b>Pessoa surda oralizada</b>           | Os surdos oralizados, geralmente, são pessoas que perderam a audição após a aquisição da linguagem e, por isso, dominavam as regras da língua falada do país em que vivem. Podem ter surdez de grau moderado ao profundo; podem ou não utilizar tecnologias auditivas; podem fazer uso da leitura labial ou podem ser surdos de nascença ou que perderam a audição cedo, mas que tiveram rápido acesso à reabilitação auditiva e à terapia fonoaudiológica que apoiou o desenvolvimento de linguagem. |
| <b>Pessoa surda bilíngue</b>            | Refere-se à pessoa surda que domina a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e o português escrito.   |

**Fonte:** Elaborado pela autora, 2025.

## DEMOGRAFIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

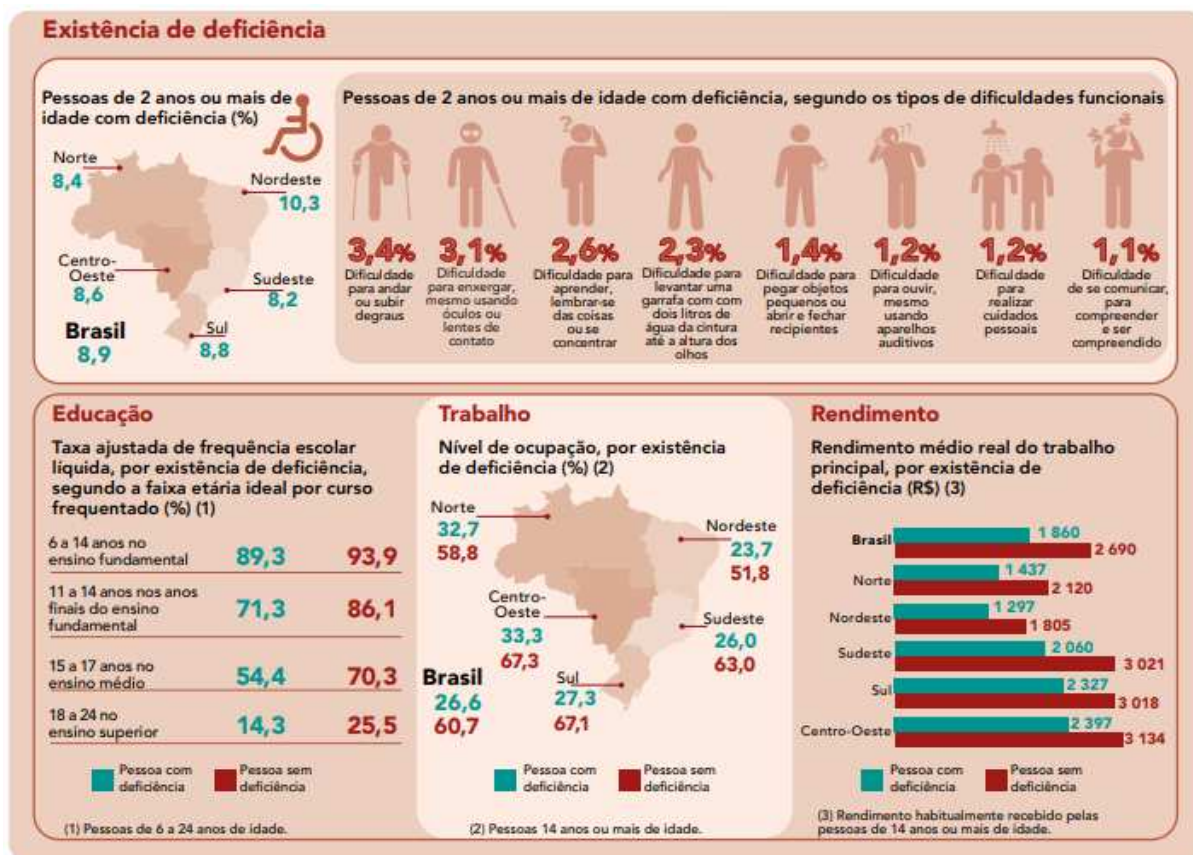
De acordo com dados do Relatório Mundial sobre Deficiência, elaborado pela Organização Mundial de Saúde, OMS (2012), em 2011 havia no mundo uma população com deficiência estimada em mais de um bilhão de pessoas, dentre as quais aproximadamente 200 milhões tinham dificuldades funcionais significativas.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022 - PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – IBGE, com o objetivo de realizar análises que auxiliam na visibilidade das condições de vida, das desigualdades e das especificidades de diversos grupos populacionais, incluindo pessoas com deficiência, e em conformidade com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável com o lema “não deixar ninguém para trás”, traz uma ampla estatística sobre as pessoas com deficiência em nosso país, apresentando dados sobre educação, trabalho e rendimento desse grupo de pessoas.

Segundo pesquisa PNAD (2022), supracitada a população com deficiência no Brasil foi estimada em 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais de idade, o que corresponde a 8,9% da população dessa faixa etária. Para a pesquisa feita pelo IBGE, foram definidos oito tipos de atividades para identificar as pessoas com deficiência: dificuldade para andar ou subir degraus; dificuldade para enxergar mesmo usando lentes de contato; dificuldade para aprender, lembrar-se das coisas ou se concentrar; dificuldade para levantar uma garrafa com dois litros de água da cintura até a altura dos olhos; dificuldade para pegar objetos pequenos ou abrir e fechar recipientes; dificuldade para ouvir, mesmo usando aparelhos auditivos; dificuldade para realizar cuidados pessoais; dificuldade de se comunicar, para compreender e ser compreendido.

Além disso, a PNAD Contínua de 2022 destacou que pessoas com deficiência, incluindo aquelas com deficiência auditiva, enfrentam desafios significativos em áreas como educação, participação no mercado de trabalho e acesso a rendimentos. Por exemplo, a taxa de analfabetismo entre pessoas com deficiência foi de 19,5%, enquanto entre aquelas sem deficiência foi de 4,1%. No mercado de trabalho, apenas 29,2% das pessoas com deficiência estavam ativas, em contraste com 66,4% das pessoas sem deficiência. Vejamos a figura a seguir:

**Figura 1** – Características sociodemográficas e econômicas das pessoas com deficiência no Brasil.



Fonte: IBGE, 2023

O estudo mostra que a prevalência de pessoas acima de 2 anos com deficiência, variou entre os diferentes domínios geográficos. A Região Nordeste apresentou o maior percentual, com 10,3% da população, totalizando 5,8 milhões de pessoas com deficiência — um valor acima da média nacional. Esse percentual foi superior em todas as Unidades da Federação da região, com destaque para Sergipe, que registrou a maior taxa (12,1%). As demais Grandes Regiões apresentaram percentuais semelhantes: Norte (8,4%), Centro-Oeste (8,6%), Sul (8,8%) e Sudeste (8,2%). Entre as Unidades da Federação, o Amazonas teve a menor proporção de pessoas com deficiência, correspondendo a 6,3% da população (IBGE, 2023).

Quanto a surdez, a pesquisa revelou que aproximadamente 2,4 milhões de pessoas (1,2%) da população brasileira de 2 anos ou mais de idade relatou ter muita dificuldade ou incapacidade total para ouvir, mesmo utilizando aparelhos auditivos, destacando que a prevalência de deficiência auditiva aumenta com a idade. Entre as pessoas com 60 anos ou

mais, a proporção daqueles que relataram dificuldades auditivas foi significativamente maior em comparação com faixas etárias mais jovens. Esses dados ressaltam a urgência da implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão e acessibilidade, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência auditiva no Brasil.

## SURDEZ E SOCIEDADE

A pesquisa PNAD (2022) mostra que aproximadamente 2,4 milhões de pessoas no Brasil são pessoas com surdez profunda, portanto, tratar sobre esse tema é essencial para promover a inclusão, garantir direitos e combater preconceitos. No Brasil, muitas pessoas surdas ainda enfrentam dificuldades para acessar serviços básicos, educação e oportunidades de trabalho devido à falta de acessibilidade e informação da sociedade em geral.

A inclusão da comunidade surda não é apenas uma questão de direitos humanos, mas também um compromisso social que beneficia toda a população. Pautado nessas prerrogativas, este capítulo busca proporcionar conhecimento sobre a surdez e sobre a cultura, as características e as necessidades das pessoas surdas, no que tange aos aspectos da construção da sua Identidade na sociedade.

### CLASSIFICAÇÃO, CAUSAS E COMO PREVENIR A SURDEZ.

A surdez caracteriza-se por ausência, dificuldade, inabilidade para ouvir sons específicos (tons puros), ambientais (ruídos familiares) e os sons da fala humana (tons complexos), sendo assim, podemos dizer que a audição está ligada a um comportamento auditivo e à integridade neurológica, biopsicológicas e perfeita função das estruturas auditivas centrais e periféricas. (Pereira, 2017, p.2)

Com isso, pode-se afirmar que essas características vão além das dificuldades auditivas, impactando igualmente os aspectos linguísticos, emocionais, educacionais, sociais e culturais da pessoa com surdez.

Segundo Honora, (2015) as perdas auditivas podem ser classificadas quanto: aquisição; localização e grau do comprometimento, conforme podemos observar no Quadro 2.

**Quadro 3:** Classificação das perdas auditivas.

| SURDEZ QUANTO À AQUISIÇÃO   |  |
|-----------------------------|--|
| Congênita                   | Quando o indivíduo nasce com a deficiência. Neste caso, a surdez é considerada pré-lingual, ou seja, estava presente antes da aquisição da linguagem.  |
| Adquirida                   | Quando o indivíduo nasce ouvindo e perde a audição no decorrer da vida. Neste caso, a surdez é pré-lingual ou pós-lingual, dependendo de sua ocorrência antes ou depois da aquisição da linguagem. |
| SURDEZ QUANTO À LOCALIZAÇÃO |  |

|                              |   |
|------------------------------|---|
| Condutiva                    | A perda condutiva pode ocorrer na orelha externa, na orelha média ou em ambas, causando dificuldade na condução do som, sendo na maioria das vezes passível de tratamento medicamentoso e/ou cirúrgico. |
| Neurosensorial               | Proveniente de lesões na orelha interna e/ou nível central, sendo do tipo irreversível.   |
| Central                      | Atinge a via auditiva central, ou seja, a porção do nervo coclear e de suas conexões que se encontram entre o núcleo coclear e o córtex do lobo temporal.   |
| <b>SURDEZ QUANTO AO GRAU</b> |   |
| Leve                         | Entre 25 e 40 decibéis (dB).  |
| Moderada                     | Entre 40 e 70 decibéis (dB).  |
| Severa                       | Entre 70 e 90 decibéis (dB).  |

**Fonte:** Elaborado pela Autora, 2025.

As causas da perda auditiva são diversas, dependendo da classificação da surdez. A surdez de condução resulta de um problema mecânico no canal auditivo externo ou no ouvido médio, dificultando a passagem das ondas sonoras. Esse bloqueio pode ser causado por fatores congênitos, traumas ou infecções, que, devido a edema ou inflamação, podem obstruir o canal auditivo externo (Benjamim, 2019). O canal auditivo externo também pode ser obstruído por acúmulo de cerúmen ou pelo crescimento ósseo anômalo, como ocorre nos osteomas (lesões ósseas benignas que surgem nas suturas timpanoescamosas ou timpanomastoides) e nas exostoses (tumores benignos caracterizados pelo crescimento anômalo de um osso pré-existente). O tratamento pode ser feito com medicamentos ou cirurgias.

A surdez neurosensorial deve-se a problemas que ocorrem ao nível do ouvido interno, incluindo alterações da cóclea, ou de qualquer outra estrutura que se encontre para além da mesma (Benjamin, 2019). A surdez neurosensorial pode ser desencadeada por viroses, meningites, uso de certos medicamentos ou drogas, propensão genética, exposição ao ruído de alta intensidade, presbiacusia (provocada pela idade), traumas na cabeça, defeitos congênitos, alergias, problemas metabólicos, tumores. O tratamento é feito com medicamentos, cirurgias, uso de aparelho.

A surdez central “atinge a via auditiva central, ou seja, a porção do nervo coclear e de suas conexões que se encontram entre o núcleo coclear e o córtex do lobo temporal” (Honora, 2015, p. 36). A perda auditiva central ocorre devido a disfunções nas vias auditivas do sistema nervoso central, afetando a percepção e o processamento dos sons no tronco encefálico ou no córtex auditivo. As principais causas são lesões neurológicas, como o AVC;

doenças neurodegenerativas, como Alzheimer e Parkinson e inflamações do sistema nervoso central.

Outros fatores que podem provocar surdez são os casos de surdez na família, nascimento prematuro, baixo peso ao nascer, uso de antibióticos tóxicos ao ouvido e de diuréticos no berçário, infecções congênitas, principalmente, sífilis, toxoplasmose e rubéola (Moura, 2016).

Para a prevenção da surdez adquirida é necessário o devido cuidado com objetos pontiagudos, como canetas e grampos, pois se introduzidos nos ouvidos, podem causar sérias lesões; uso de equipamentos de proteção para trabalhadores expostos aos riscos ocupacionais provocados pelo ruído; acompanhamento da saúde auditiva dos trabalhadores, por parte das empresas, visando à eliminação ou redução do ruído no ambiente de trabalho.

## DESCOBERTA DA SURDEZ

O diagnóstico da surdez pode ser descoberto nos primeiros dias de vida da criança, através do “Rastreamento Auditivo Neonatal Universal, método de detecção precoce de perda auditiva, que se baseia na aplicação de um teste fácil, rápido, de grande sensibilidade e especificidade e não invasivo” (Benjamim, 2019, p. 29). Esse exame inicial pode indicar suspeitas, que precisam ser confirmadas ou descartadas até, aproximadamente, os quatro meses de idade, com a realização de testes e exames complementares.

Em muitos casos, a surdez é diagnosticada apenas quando a criança atinge cerca de um ou dois anos de idade. Nesse momento, é comum que a família inicie uma busca intensa para compreender a condição, aceitá-la e encontrar alternativas adequadas de educação e cuidados em saúde. A maioria das crianças surdas ingressa na escola por volta dos cinco ou seis anos de idade, o que resulta em um atraso significativo no desenvolvimento linguístico. O ideal, entretanto, é que a criança surda tenha acesso à escola o mais cedo possível, uma vez que a falta de exposição a uma língua compromete sua capacidade de se comunicar e de compreender o mundo plenamente, como apontam estudos na área.

Moura (2016) destaca que:

Por não terem acesso à linguagem oral, usada pelas famílias, e pelo fato de as famílias não usarem a Língua de Sinais, as crianças surdas, filhas de pais ouvintes, são privadas

das conversas, assim como muitas vezes de atividades prazerosas, como contação de histórias, recitação de versinhos e parlendas, entoação de canções. A não participação em tais atividades prejudica a constituição de conhecimento de mundo e de língua, disponível comumente às crianças ouvintes antes da escolarização. Por outro lado, pesquisas mostram que, expostas à Língua de Sinais, as crianças surdas podem usufruir de todas estas atividades.

Esses pontos merecem atenção, pois o diagnóstico precoce da surdez só será efetivamente benéfico para a criança se estiver acompanhado do acesso a uma língua. Caso contrário, ela corre o risco de enfrentar prejuízos no desenvolvimento global.

O documentário "Sou surda e não Sabia", disponível no link em destaque e QR Code a seguir, traz como protagonista a surda Sandrine, no qual ela relata sua história, aspectos importantes sobre a concepção da surdez, a oralização de crianças surdas, a Língua de Sinais, a descoberta da surdez e a educação do surdo. O vídeo é uma excelente oportunidade para se conhecer um pouco mais sobre a surdez e a Comunidade Surda (Moura, 2016).

**Imagem 1** – QR Code do documentário: Sou surda e não sabia



## A SURDEZ PELA PERSPECTIVA OUVINTISTA

Segundo Carlos Skliar (2015, p. 15), quanto ao ouvintismo “trata-se de um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte”. Essa abordagem reforça uma visão clínico-patológica da surdez,

perpetuando um estigma social que pode resultar na exclusão e marginalização das pessoas surdas.

Com base nesse pressuposto, é comum que o nascimento de uma criança surda seja acompanhado por uma série de sentimentos frequentemente confusos e negativos. Ainda "é muito comum o sentimento de culpa dos pais, de negação, indiferença, superproteção, vergonha, ódio de si mesmos e da criança, ressentimento, medo, impotência, etc.", como defende Furtado (2008).

A surdez é percebida como uma restrição ou limitação. Essa representação, social e historicamente construída, está profundamente enraizada no conceito de normalidade, pois "a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias", (Goffman, 1981, p.11). Sob essa ótica, o discurso sobre o que significa ser normal se fortalece em um contexto que define como ideal ou adequado aquilo que se alinha à norma.

No caso das pessoas surdas, a perda auditiva as posiciona em desvantagem em relação aos ouvintes, pois "a norma é uma espécie de régua que tem o objetivo de 'medir' os sujeitos a fim de definir aqueles que farão parte dela e os que serão excluídos, dando origem aos sujeitos anormais" (Furtado, 2011, p. 21). Dessa forma, a surdez é frequentemente percebida como uma doença que exige tratamento terapêutico. Adota-se, então, uma abordagem corretiva, com o objetivo de minimizar o possível "defeito" da pessoa surda, buscando aproximá-la do que é considerado comum. Nesse contexto, a normalização seria alcançada por meio da fala e da leitura labial.

## A SURDEZ PELA PERSPECTIVA SOCIOANTROPOLÓGICA.

Na perspectiva socioantropológica, os surdos são reconhecidos como um grupo minoritário que se organiza para compartilhar vivências e expressar opiniões, com base em sua natureza visual. A Língua de Sinais desempenha um papel central, permitindo a comunicação e a interpretação de suas histórias e culturas (Abreu, 2020).

Ao entrar em contato com a Comunidade Surda e sua Língua de Sinais, é comum sentir-se encantado. Durante muito tempo, os surdos foram comparados a ouvintes com um problema, o que limitava seu desenvolvimento global. No entanto, quando se passou a aceitar

que o surdo pudesse existir sendo surdo, as possibilidades de inclusão e realização se ampliaram de forma significativa.

Essa mudança, no entanto, só começou a ganhar força na contemporaneidade, especialmente a partir da década de 1960, com os trabalhos do linguista William C. Stokoe. Isso evidencia o quão recente é o estudo das Línguas de Sinais no contexto global e reflete os séculos em que esses idiomas foram desvalorizados. Somente nas últimas décadas, as Línguas de Sinais começaram a ser discutidas, aceitas e valorizadas em maior escala pelas sociedades ouvintes, majoritárias. Ainda assim, seu reconhecimento como línguas legítimas pela Linguística não resultou imediatamente na compreensão de seu papel para a vida das pessoas surdas nem na valorização de seu status de idioma.

Pesquisas como as de Furtado (2011), Abreu (2020) e Honora (2015) têm transformado a visão do surdo como alguém limitado ou incapaz. Elas romperam com a ideia de déficits linguísticos e cognitivos, demonstrando que, quando exposta a uma língua visual, a criança surda pode se desenvolver de forma equivalente à criança ouvinte.

Nos relatos de Sacks (2010), o autor descreve de maneira fascinante sua imersão no universo dos surdos. Ele rompe com a concepção médica da surdez e passa a vê-la além dos aspectos biológicos. Em sua jornada, Sacks conhece a Língua de Sinais e a descreve não apenas como adequada às condições visuais dos surdos, mas como uma língua que possibilita a construção de pensamentos puramente visuais, algo talvez jamais concebido por ouvintes. Esse reconhecimento revela uma cultura visual compartilhada por toda a população surda. O autor explora a inteligência visual dos surdos e apresenta uma nova visão que se distancia da concepção ouvintista, reconstruindo a alteridade do surdo e reafirmando-o como um sujeito completo.

Segundo Wilcox (2005), foi apenas vinte anos após o reconhecimento da Língua de Sinais Americana (ASL) na década de 1960 que ela começou a ser amplamente difundida em universidades, colégios, televisão, teatro e eventos políticos. Esse movimento resultou em um aumento expressivo na busca por cursos de aprendizado da língua. Tais iniciativas têm sido fundamentais para promover o acesso e a participação efetiva de surdos na sociedade ouvinte. Amparada pela legislação vigente, a Libras está sendo difundida e reconhecida pelos surdos como um direito fundamental.

## IDENTIDADE E CULTURA SURDA.

Perlin (2008) descreve sete tipos de identidade que podem desenvolver-se dependendo da experiência social e cultural vivenciada pelos surdos. São elas:

### *Identities Surdas Flutuantes:*

São pessoas surdas que não têm contato com a comunidade surda, seguem a cultura ouvinte/identidade de ouvintes, buscam a oralidade, não se identificam como surdos e utilizam a tecnologia da reabilitação.

### *Identities Surdas Híbridas:*

São pessoas surdas que nasceram ouvintes e, por algum motivo ou doença, ficaram sem audição. Usam a língua oral ou língua de sinais, aceitam-se como surdos, a escrita segue a estrutura da Libras, usam tecnologia diferenciada.

### *Identities Surdas Embaçadas:*

São pessoas surdas que trazem a representação estereotipada da surdez ou desconhecimento da surdez como questão cultural. Não usam a língua de sinais, não conseguem compreender a fala, são tratados como deficientes, muitos são 'aprisionados' pela família e há um desconhecimento da cultura surda.

### *Identities Surdas de Transição:*

São pessoas surdas que viveram em ambientes onde se afastaram da comunidade surda, ficaram sem contato com os demais e passam por essa transição de uma identidade ouvinte para uma surda, há uma 'desouvintização'. É a transição da comunicação visual/oral para a visual/sinalizada.

### *Identities Surdas de Diáspora:*

São pessoas surdas que vivem a mudança de um país para outro, de um estado para o outro e passam de um grupo surdo para outro.

### *Identities Surdas Intermediárias:*

Esse grupo de pessoas surdas apresentam surdez leve à moderada, valorizam o uso do aparelho auditivo, procuram treinamentos de fala e não aceitam intérpretes da Língua de Sinais Brasileira. Buscam a tecnologia para treinos de fala, identificam-se com os ouvintes e não participam da comunidade surda.

### *Identidades Surdas ou política:*

Esse grupo de pessoas surdas se constitui por meio do desenvolvimento das experiências em Língua de Sinais. Nesse contexto, os surdos se assumem como surdos, ou seja, como sujeitos visuais e culturais, sendo vistos como capazes, diferentes, mas não inferiores aos ouvintes. Essa formação de identidade ocorre de modo frequente entre os espaços em que a criança surda tem contato com adultos surdos. Ela espelha-se nos adultos como um modelo possível de alcance. Ao se questionar se surdos com esse tipo de identidade são pessoas com deficiência auditiva, obtém-se resposta negativa. Eles intitulam-se apenas como surdos, ou seja, pessoas às quais não falta nada.

A identidade surda é construída tendo como base uma concepção socioantropológica da surdez. Dessa forma, para o surdo, é normal ser surdo, e esse sujeito não necessita de “conserto”, mas de possibilidades que permitam que ele se desenvolva com aquilo que tem de preservado. Moura (2016), defende esse pensamento, afirmando que reconhecer a identidade Surda positiva é permitir ao Surdo existir como sujeito participativo, enxergar possibilidades além da audição, compreender uma forma de se estruturar na e pela diferença, conhecer um ser humano essencialmente visual que assimila e produz cultura.

Quanto à cultura surda, Strobel (2008) apresenta oito artefatos culturais que caracterizam a Cultura Surda, são eles: a experiência visual, o linguístico, o familiar, a literatura surda, a vida social e esportiva, as artes visuais, o político e os materiais.

### *Artefato Cultural: Experiência Visual*

Em relação à experiência visual, esta evidencia como a visão desempenha um papel essencial na percepção do surdo, influenciando sua forma de ser, de se comunicar e de compreender o mundo. As experiências visuais que o surdo tem sobre o ambiente ao seu redor estimulam reflexões profundas sobre sua subjetividade (Abreu, 2020). Essa afirmação aponta

para a relevância das expressões faciais e corporais no ato da sinalização, pois possibilitam ao surdo a compressão do tipo de frase e entonação usadas.

Experiência visual significa a utilização da visão, (em substituição total à audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura (Strobel, 2008, p.36).

### *Artefato Cultural: Linguístico*

O segundo artefato cultural do povo surdo é a língua (linguístico), sendo a Língua de Sinais um elemento essencial da cultura surda. Além disso, também se consideram os gestos conhecidos como "sinais emergentes" ou "sinais caseiros", utilizados por surdos de áreas rurais ou por aqueles isolados de comunidades surdas. Esses sujeitos buscam compreender o mundo por meio de experiências visuais e se comunicam criando e apontando sinais, já que não têm familiaridade com sons e palavras (Strobel,2008)

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, e que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (Strobel, 2008, p. 37)

O artefato linguístico, pode ainda favorecer o desenvolvimento das pessoas surdas, através de recursos bilíngues em suas duas línguas, uma vez que a língua é carregada de significação social, sendo assim um dos artefatos mais significativos na manifestação e produção da cultura surda (Abreu, 2020).

### *Artefato Cultural: Familiar*

Nesse artefato é necessário que aja um ambiente empático com a pessoa surda, onde as relações devem ser modificadas, incluindo a comunicação com recursos visuais e formas peculiares de relacionamentos e constituição de regras e entendimento entre todos os membros da família sejam surdos ou ouvintes, caso essa empatia não ocorra a pessoa surda em meio aos ouvintes, vive um completo isolamento como demonstra Strobel (2008) na seguinte fala: “Porque é preciso sempre pedir, puxar alguém pela manga ou pelo vestido para

saber, um pouco, um pouquinho, daquilo que se passa em sua volta. Caso contrário, a vida é um filme mudo, sem legendas”.

### *Artefato Cultural: Literatura Surda*

Segundo Strobel (2008) a literatura surda traduz a memória das vivências surdas através das várias gerações dos povos surdos e destacando que a literatura surda transcende a escrita e frequentemente se manifesta em formatos visuais e gestuais, como narrativas em Língua de Sinais, poesias visuais e performances teatrais. Esses elementos são intrínsecos à cultura surda, que valoriza a comunicação visual como principal forma de expressão e interação.

Além disso, Strobel (2008) argumenta que a literatura surda desempenha um papel crucial na educação e na valorização da alteridade, ao permitir que a comunidade ouvinte compreenda as nuances da cultura surda. Assim, a literatura surda não apenas preserva e celebra a identidade surda, mas também fomenta o diálogo intercultural e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

### *Artefato Cultural: Artes Visuais*

“No artefato cultural artes visuais, os povos surdos fazem muitas criações artísticas que sintetizam suas emoções, suas histórias, suas subjetividades e a sua cultura” (Strobel, 2008). Para a comunidade surda as artes visuais são expressões fundamentais da cultura surda, destacando seu papel na construção e reafirmação da identidade e da experiência visual dos sujeitos surdos.

### *Artefato Cultural: Política*

O artefato político engloba a luta da Comunidade Surda por uma participação ativa enquanto minoria, enfrentando as desigualdades que persistem. Já os materiais referem-se às tecnologias presentes no cotidiano das pessoas surdas, as quais não apenas favorecem a comunicação, mas também promovem a interação com o mundo, utilizando sinais luminosos e sinestésicos em substituição aos sonoros (Moura, 2016)

### *Artefato Cultural: Materiais*

Os artefatos culturais materiais, referem-se aos elementos físicos e tecnológicos que fazem parte da vida cotidiana de uma comunidade, representando suas práticas, valores e necessidades específicas. No caso da Comunidade Surda, esses materiais desempenham um papel essencial na comunicação e na interação com o mundo, adaptando-se às características visuais e táteis que são centrais para essa cultura.

Esses artefatos incluem uma variedade de tecnologias e dispositivos que substituem ou complementam os estímulos auditivos por estímulos visuais e sinestésicos. Exemplos comuns são: alarmes visuais equipados com dispositivos luminosos que alertam sobre campainhas, despertadores ou situações de emergência; videofones e aplicativos de vídeo; sistemas de legendagem e transcrição e dispositivos táteis, como pulseiras ou colchões vibratórios, que transmitem sinais de alerta por vibrações.

Esses materiais não apenas atendem às necessidades práticas das pessoas surdas, mas também simbolizam a autonomia dessa comunidade, permitindo-lhes navegar em um mundo predominantemente ouvinte de forma independente. Além disso, refletem a criatividade e a inovação da cultura surda na adaptação de tecnologias para fortalecer sua identidade cultural e promover a inclusão.

## ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL PARA PESSOAS SURDAS

Neste capítulo apresentaremos as dimensões da acessibilidade, com ênfase na Acessibilidade Comunicacional, no qual elencaremos a legislação vigente sobre o assunto, bem como diretrizes estabelecidas para a promoção da acessibilidade comunicacional no atendimento das pessoas surdas no uso das bibliotecas, a fim de minimizar as barreiras existentes.

### DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE

Para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, ela precisa ter garantidos todos os seus direitos e deveres na sociedade, com condições de participação em todas as esferas que a compõem, quando falamos da pessoa com deficiência esses direitos são garantidos através de políticas de inclusão e acessibilidade, que visam minimizar as barreiras existentes. Para fins de compreensão ao longo do texto esclarecemos os conceitos de acessibilidade e barreiras que estão descritos no capítulo III do Decreto nº 5.296/2004.

I - Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.”

(BRASIL, 2004)

Dentro desse contexto, a acessibilidade torna-se protagonista na vida da pessoa com deficiência, como vemos na afirmação abaixo de Napolitano (2016, p.3).

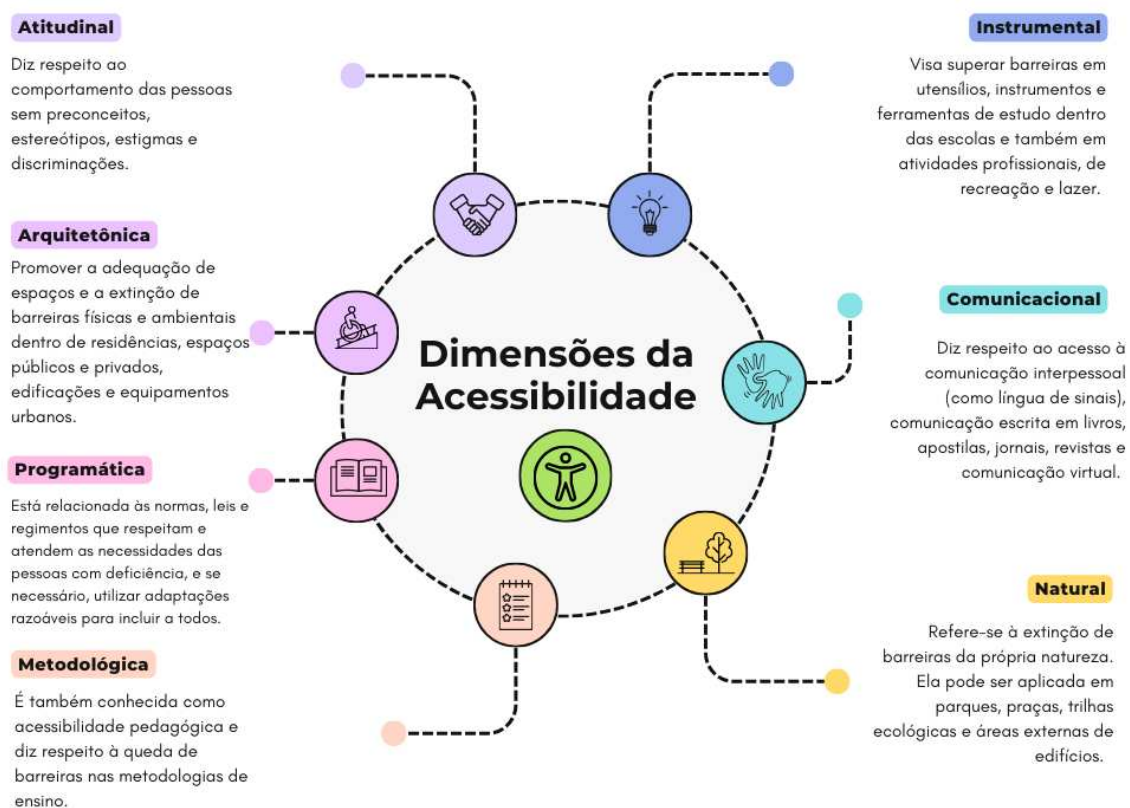
“À acessibilidade é concebida como a possibilidade e a condição de alcance, percepção, entendimento e interação para a utilização, em igualdade de oportunidades, por qualquer indivíduo em quaisquer circunstâncias, independentemente de suas particularidades. ”

Corroborando com as ideias de Napolitano (2016) temos o conceito de acessibilidade por Sasaki (2009, p.5), segundo o qual a acessibilidade é uma qualidade, uma facilidade que

desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana. Se a acessibilidade for (ou tiver sido) projetada sob os princípios do desenho universal, ela beneficia todas as pessoas, tenham ou não qualquer tipo de deficiência.

Ainda segundo Sasaki (2020), a Acessibilidade se classifica em sete dimensões: atitudinal, arquitetônica, programática, metodológica, instrumental, comunicacional e natural, conforme ilustrado na figura abaixo:

**Figura 1 – Dimensões da Acessibilidade**



**Fonte:** Elaborado pela Autora, 2025.

Quando falamos das pessoas surdas, a dimensão da *acessibilidade comunicacional* tem uma grande relevância, pois trata diretamente de como as pessoas surdas compreendem e são compreendidas na sociedade, trata-se de uma forma de comunicação que busca a inclusão no modo de falar, de escrever, de se comunicar seja pessoalmente ou virtualmente, em que a linguagem gestual e a escrita acessível se tornam protagonistas neste processo.

Portanto, qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação é caracterizado como uma barreira na comunicação e precisa ser modificado para que se tenha um ambiente acessível, nesse aspecto.

## LEGISLAÇÃO

As discussões sobre as pessoas com deficiência têm conquistado maior espaço e visibilidade. Os avanços obtidos até o momento são frutos de longas batalhas, que possibilitaram a criação de leis e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas a assegurar e promover, em condições de igualdade, o pleno exercício de direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência.

Entretanto, ainda enfrentamos muitos desafios, pois há uma considerável distância entre o que é garantido pela legislação e a realidade enfrentada diariamente. Por isso, é essencial fomentar debates em âmbito nacional, envolvendo diferentes setores da sociedade, para tornar efetivos os direitos dessas pessoas. Somente assim será possível construir uma sociedade que ofereça acessibilidade, dignidade e igualdade para todos.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu um estado democrático com o objetivo de assegurar o exercício de direitos sociais e individuais, liberdade, segurança, bem-estar, desenvolvimento, igualdade e justiça, como valores fundamentais de uma sociedade fraterna, pluralista e livre de preconceitos. Entre os pilares da República Federativa do Brasil, destaca-se a dignidade da pessoa humana (Brasil, 1988).

Para promover a igualdade material entre os cidadãos, a legislação criou mecanismos jurídicos destinados a proteger aqueles que se encontram em situações de vulnerabilidade ou desigualdade. Nesse contexto, a Constituição Cidadã apresenta diversos dispositivos que abrangem os direitos das pessoas com deficiência. A seguir, destacamos alguns desses dispositivos:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...]

II - Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas “portadoras” de deficiência; [...]

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: [...]

IV - A habilitação e reabilitação das pessoas “portadoras” de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - A garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa “portadora” de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. [...]

Art. 227. [...] §2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

Art. 244. A lei disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência, conforme o disposto no art. 227, § 2º.

Atendendo à Constituição, foram editadas diversas leis, como a Lei da Acessibilidade, Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, indo ao encontro dos artigos 227 e 244 da norma constitucional.

Promulgada pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência apresenta obrigações para assegurar e promover o pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência, sem qualquer tipo de discriminação. No que diz respeito a Acessibilidade Comunicacional, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) traz as seguintes definições:

*Comunicação* abrange as línguas, a visualização de textos, o Braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios

e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis;

*Língua* abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada; [...].

A Convenção coloca, para o Brasil e para os demais estados partes, responsabilidades como as constantes:

No Artigo 21 – liberdade de expressão e de opinião e acesso à informação:

Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar que as pessoas com deficiência possam exercer seu direito à liberdade de expressão e opinião, inclusive à liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as *formas de comunicação de sua escolha*, conforme o disposto no Artigo 2 da presente Convenção, entre as quais:

a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;

b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, Braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;

c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;

d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;

e) *Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais.*

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, instrumento de efetivação da Convenção Internacional no País, dispõe, em seu Artigo 8º:

Art. 8º É dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

A Lei Brasileira de Inclusão dedica o Capítulo II, do Título III, do Livro I, à acessibilidade na informação e na comunicação. Nesse capítulo, destacam-se alguns dispositivos relevantes para o nosso estudo, com seus principais temas, os quais abordaremos aqui:

**Art. 63.** Acessibilidade nos sítios da internet

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente.

§ 1º Os sítios devem conter símbolo de acessibilidade em destaque.

**Art. 68.** Livros em formatos acessíveis

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. [...]

§ 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille.

§ 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras.

**Art. 69.** Acessibilidade nas informações sobre produtos e serviços

Art. 69. O poder público deve assegurar a disponibilidade de informações corretas e claras sobre os diferentes produtos e serviços ofertados, por quaisquer meios de comunicação empregados, inclusive em ambiente virtual, contendo a especificação correta de quantidade, qualidade, características, composição e preço, bem como sobre os eventuais riscos à saúde e à segurança do consumidor com deficiência, em caso de sua utilização, aplicando-se, no que couber, os arts. 30 a 41 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 1º Os canais de comercialização virtual e os anúncios publicitários veiculados na imprensa escrita, na internet, no rádio, na televisão e nos demais veículos de comunicação abertos ou por assinatura devem disponibilizar, conforme a compatibilidade do meio, os recursos de acessibilidade de que trata o art. 67 desta Lei, a expensas do fornecedor do produto ou do serviço, sem prejuízo da observância do disposto nos arts. 36 a 38 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 2º Os fornecedores devem disponibilizar, mediante solicitação, exemplares de bulas, prospectos, textos ou qualquer outro tipo de material de divulgação em formato acessível.

**Arts. 70 e 71.** Acessibilidade em eventos

Art. 70. As instituições promotoras de congressos, seminários, oficinas e demais eventos de natureza científico-cultural devem oferecer à pessoa com deficiência, no mínimo, os recursos de tecnologia assistiva previstos no art. 67 desta Lei.

Art. 71. Os congressos, os seminários, as oficinas e os demais eventos de natureza científico-cultural promovidos ou financiados pelo poder público devem garantir as condições de acessibilidade e os recursos de tecnologia assistiva.

Na legislação para as pessoas com deficiência, ainda destacamos a Lei da Libras, Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e que foi regulamentada pelo Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Brasil, 2002).

Outra fonte reguladora que deve ser conhecida e obedecida por agentes públicos que atendem pessoas com deficiência são as normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Dentre elas destacamos as que regulamentam a Acessibilidade na comunicação:

A ABNT NBR 15290– Acessibilidade em comunicação na televisão, que apresenta diretrizes gerais sobre legendagem, audiodescrição e língua de sinais a serem observadas para acessibilidade em comunicação (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016).

A ABNT NBR 15599– Acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, que oferece diretrizes a serem observadas para acessibilidade em comunicação na prestação de serviços, considerando as diversas condições de percepção e cognição, com ou sem ajuda de tecnologia assistiva (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008).

A ABNT NBR 16452 – Acessibilidade na comunicação – audiodescrição, que apresenta diretrizes para a produção de audiodescrição, complementando outras normas técnicas, como a NBR 15599, por meio de diretrizes específicas para esse recurso (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016).

ABNT NBR ISO 24495-1 - Linguagem Simples: Parte 1: Princípios e diretrizes norteadores, estabelece princípios e diretrizes para elaborar documentos em linguagem simples. As diretrizes detalham como os princípios são interpretados e aplicados (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2024).

Portanto, discussões e ações que promovam e tornem conhecida a legislação sobre acessibilidade são fundamentais para garantir a inclusão, a dignidade e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência. Pois a legislação é o mecanismo que assegura direitos básicos, como mobilidade, acesso a serviços essenciais, educação e trabalho, promovendo uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, normas e regulamentos de acessibilidade não beneficiam apenas pessoas com deficiência, mas também idosos, gestantes e qualquer indivíduo com mobilidade reduzida temporária. Portanto, investir e cumprir essas leis não é apenas uma obrigação legal, mas um compromisso social com a construção de um mundo mais acessível e inclusivo para todos.

## DIRETRIZES PARA A COMUNICAÇÃO DAS PESSOAS SURDAS EM BIBLIOTECAS

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias – IFLA (International Federation of Library Associations and Institutions), organização que atua na promoção e no desenvolvimento da biblioteconomia e das bibliotecas a nível global, estabeleceu no ano de 2000 um documento intitulado: Diretrizes para serviços de biblioteca para surdos (tradução da autora). Esse documento apresenta orientações e estabelece diretrizes voltadas para os seguintes segmentos da Biblioteca, no que se refere ao atendimento de pessoas surdas: pessoal, comunicação, coleções, serviços e promoção de programas para a comunidade surda.

Neste capítulo traremos algumas diretrizes estabelecidas pela IFLA para o item comunicação, apresentando dessa forma uma visão global para a comunicação acessível em bibliotecas:

### *Comunicação*

3.2.1 Todos os funcionários da biblioteca devem ser treinados em técnicas de comunicação com pessoas surdas (International Federation ..., 2000).

Pessoas surdas interagem com ouvintes por meio de diversas formas de comunicação. De acordo com sua trajetória pessoal, grau de surdez, identidade cultural e a situação em que se encontram, elas podem utilizar a língua de sinais, a fala, a escrita, gestos ou uma combinação dessas opções. Para assegurar um atendimento de qualidade, é fundamental que os profissionais da biblioteca estejam cientes dessa variedade de formas de comunicação e recebam o treinamento adequado para se comunicar de maneira clara e eficaz.

3.2.4. As bibliotecas na Internet devem garantir que as suas informações sejam facilmente acessíveis a todos (International Federation ..., 2000).

O que significa que todo conteúdo em áudio precisa ser acompanhado por legendas em texto simples, e os arquivos de áudio devem estar disponíveis para download em formato de texto. Além disso, sempre que um recurso interativo incluir uma indicação sonora (como um "clique" audível ao pressionar um botão em uma página web), também deve haver uma indicação visual correspondente (como o botão piscando na tela).

3.2.5. As bibliotecas devem utilizar os mais recentes insumos tecnológicos para comunicar com os surdos, sempre que a sua utilidade tenha sido reconhecida na comunidade

surda (International Federation ..., 2000).

Portanto, as bibliotecas devem adotar tecnologias amplamente utilizadas pela comunidade surda para facilitar a comunicação. As redes sociais, por exemplo, tornaram-se um meio altamente eficaz tanto para a troca de mensagens entre pessoas surdas quanto para a comunicação entre surdos e ouvintes. Sempre que houver acesso à Internet, as bibliotecas devem disponibilizar o contato por e-mail.

3.2.6. As bibliotecas devem se equipar com suportes de comunicação, como sistemas ou dispositivos de acesso à comunicação, que podem ser usados para legendagem em tempo real assistida por computador ou anotações assistidas por computador. Esses serviços devem ser disponibilizados, mediante solicitação, para reuniões ou programas de VA (International Federation ..., 2000).

Pessoas com deficiência auditiva utilizam diversos sistemas de apoio à comunicação, como dispositivos de modulação de frequência, infravermelho e laços magnéticos, para aprimorar a captação de informações. Esses recursos auxiliam muitos usuários a ouvir e compreender melhor palestras, reuniões, músicas e outros tipos de apresentações.

Além disso, as legendas em tempo real geradas por computador e as anotações assistidas digitalmente permitem que aqueles que não dispõem de intérpretes ou equipamentos específicos acompanhem as informações por meio de um texto que rola na tela conforme o conteúdo é apresentado. Diante do constante avanço das tecnologias de comunicação, é essencial que as bibliotecas se mantenham atualizadas sobre as inovações nessa área.

3.2.8. Qualquer programa patrocinado por bibliotecas, devem fornecer serviços de interpretação de linguagem de sinais ou fonomania, bem como sistemas de legendagem em tempo real assistidos por computador e anotações assistidas por computador, mediante solicitação (International Federation ..., 2000).

As programações da biblioteca abertas ao público (por exemplo, instrução bibliográfica, orientação por computador, oficinas de pesquisa, contação de histórias, etc.) devem ser acessíveis a usuários com uma variedade de necessidades de comunicação. Deverão ser oferecidos serviços de interpretação de língua gestual e/ou fonomania e/ou sistema de texto eletrônico, sempre que uma pessoa com deficiência tenha se comprometido a frequentar um destes programas.

3.2.9. As bibliotecas devem instalar luzes de advertência para alertar os usuários surdos sobre problemas ou emergências (International Federation ..., 2000).

Como pessoas surdas não conseguem perceber sinais sonoros, como alarmes de incêndio, anúncios públicos ou orientações de segurança, é fundamental que as bibliotecas disponham de sistemas de alerta visual para informar esses usuários em situações de emergência ou durante comunicados públicos. Esses ambientes devem contar com luzes que piscam ou outros sinais visuais apropriados sempre que um alarme sonoro for acionado. Além disso, é importante realizar inspeções no local ou simulações de evacuação de emergência para garantir que todos os funcionários e frequentadores da biblioteca recebam corretamente os avisos e instruções necessárias em situações emergenciais. A figura 3 apresenta um infográfico com resumo das diretrizes, descritas acima:

**Figura 3** – Infográfico com diretrizes da IFLA para comunicação dos surdos nas bibliotecas

# BIBLIOTECA ACESSÍVEL PARA PESSOAS SURDAS

## Diretrizes - IFLA para a comunicação

**01.** Todos os funcionários da biblioteca devem ser treinados em técnicas de comunicação com pessoas surdas (International Federation ..., 2000).

**02.** As bibliotecas na Internet devem garantir que as suas informações sejam facilmente acessíveis a todos (International Federation ..., 2000).

**03.** As bibliotecas devem utilizar os mais recentes insumos tecnológicos para comunicar com os surdos, sempre que a sua utilidade tenha sido reconhecida na comunidade surda (International Federation ..., 2000).

**04.** As bibliotecas devem se equipar com suportes de comunicação, Esses serviços devem ser disponibilizados, mediante solicitação, para reuniões ou programas de Vídeos Aulas (International Federation ..., 2000).

**05.** Para qualquer evento, as bibliotecas devem fornecer serviços de interpretação de linguagem de sinais, bem como sistemas de legendagem em tempo real assistidos por computador e anotações assistidas por computador, mediante solicitação (International Federation ..., 2000).

**06.** As bibliotecas devem instalar luzes de advertência para alertar os usuários surdos sobre problemas ou emergências (International Federation ..., 2000).

**07.** Os telefones colocados à disposição do público ou dos funcionários da biblioteca devem ser equipados com amplificadores (International Federation ..., 2000).

**08.** As bibliotecas equipadas com instalações de televisão devem fornecer aos seus usuários decodificadores de legendas ocultas.

Fonte: Elaborado pela autora, 2025.

## RECURSOS PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL À PESSOAS SURDAS

Elencamos neste tópico alguns dos principais recursos e tecnologias assistivas na comunicação das pessoas surdas, que possibilitam a compreensão e inserção desses indivíduos, nos mais diversos ambientes, inclusive nas bibliotecas. Iniciamos apresentando a Língua Brasileira de Sinais – Libras, usada no Brasil pelas comunidades surdas espalhadas por todo o território nacional, especialmente nas grandes cidades brasileiras, onde há concentração de surdos que compartilham espaços comuns, tais como escolas, associações, pontos de encontros de surdos, entre outros (Quadros, 2019).

O Alfabeto manual da LIBRAS, é um recurso das línguas de sinais que utiliza as mãos para representar o alfabeto das línguas orais. Cada letra ou número são representadas por configurações de mão específicas. O Alfabeto manual também é conhecido como alfabeto digital, datilologia ou dactilologia (Cristiano, 2020). Outro recurso que trazemos é a janela com intérprete de Libras, espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas em Libras (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016).

A Linguagem Simples é apresentada como subsídio para uma comunicação clara, objetiva e acessível, que facilita a compreensão da informação para qualquer pessoa, independentemente do nível de conhecimento sobre o assunto. Ela evita jargões técnicos, frases longas e estruturas complexas, priorizando palavras comuns e uma organização lógica das ideias.

As legendas descritivas, são essenciais para garantir acessibilidade, compreensão e inclusão em diversos tipos de conteúdo, como vídeos, imagens e gráficos, tornando a informação acessível para um público mais amplo, incluindo pessoas surdas ou que falam outros idiomas e que podem depender da legenda para entender o contexto.

Por fim, trazemos algumas ferramentas de tecnologias assistivas, que ampliam as possibilidades para facilitar a comunicação, a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência auditiva em diversas situações do dia a dia, auxiliando na promoção da autonomia da pessoa surda.

## LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

Segundo a Lei no 10.436, de 2002 (Lei da Libras), Língua Brasileira de Sinais é a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

Entre as formas de comunicação usadas pelas pessoas surdas, a língua de sinais tem maior destaque e grande importância. De acordo com Vergamini (2020), por um longo período, as línguas de sinais foram proibidas e subestimadas, sendo reconhecida como língua apenas a partir de 1960, graças às pesquisas do linguista americano William Stokoe sobre a Língua Americana de Sinais (ASL).

As investigações de Stokoe (1960) revelaram que as línguas de sinais são linguagens complexas e versáteis, capazes de abordar uma ampla variedade de tópicos. De acordo com Cristiano (2018), assim como as línguas faladas, essas línguas podem ser desmembradas em componentes menores, as quais podem ser representadas por cinco elementos-chave dos sinais, conhecidos como Parâmetros das LS: *Configuração de mão*: a forma da mão; *Orientação*: a direção apontada pela palma da mão durante a realização do sinal; *Localização*: a parte do corpo onde o sinal é executado; *Movimento*: o movimento associado ao sinal, que pode estar presente ou ausente; *Marcadores não manuais*: expressões faciais e corporais que complementam a comunicação.

Apesar dos avanços nos estudos e do aumento da visibilidade das línguas de sinais, muitas pessoas ainda, erroneamente, acreditam que todas as pessoas surdas usam uma única língua de sinais, considerando-a universal, o que não é verdade. Estima-se que existam mais de 200 línguas de sinais no mundo, e em alguns países, é possível encontrar várias línguas de sinais diferentes.

Outro ponto importante a ser destacado é que, assim como nas línguas faladas, as línguas de sinais também apresentam variações linguísticas. No Brasil, por exemplo, diferentes regiões usam sinais distintos para se referir à mesma coisa, assim como acontece com as palavras da língua oral, como "mandioca," "macaxeira," e "aipim."

Além disso, nas línguas de sinais, um mesmo sinal pode ter diferentes significados dependendo do contexto em que é usado. É um erro comum pensar que as línguas de sinais se limitam ao alfabeto manual, quando, na verdade, o alfabeto manual é apenas uma

ferramenta para soletrar nomes próprios ou palavras para as quais não existe um sinal estabelecido. Em essência, esse recurso serve para incorporar sinais com base no entendimento conceitual entre interlocutores.

Por fim, é importante ressaltar que as línguas de sinais utilizadas em cada país não são simplesmente versões sinalizadas das línguas orais ou adaptações das mesmas. Elas são linguagens independentes e completas que permitem a expressão de ideias e conhecimentos complexos, da mesma forma que as línguas faladas.

Honora (2015) mostra que o que chamamos de palavras nas línguas orais, chamamos de sinais nas línguas de sinais. Algumas diferenças são encontradas entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais, conforme podemos observar no Quadro 3.

**Quadro 3** – Quadro com diferenças entre a Língua Portuguesa e a Língua Brasileira de Sinais

| LÍNGUA PORTUGUESA                  | LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS   |
|------------------------------------|---|
| Presença de conjugação verbal      | Ausência de conjugação verbal: quando necessário é usado somente passado, presente ou futuro.       |
| Presença da concordância de gênero | Ausência de concordância de gênero: quando necessário é usado somente os sinais de homem e mulher.  |
| Presença de artigo e preposições   | Ausência de artigos e poucos usos de preposições  |
| Presença de um alfabeto fonêmico   | Presença de um alfabeto manual: conjunto de sinais que representam cada letra da língua Portuguesa. |
| Soletração                         | Datilologia   |

**Fonte:** Elaborado pela Autora, 2025.

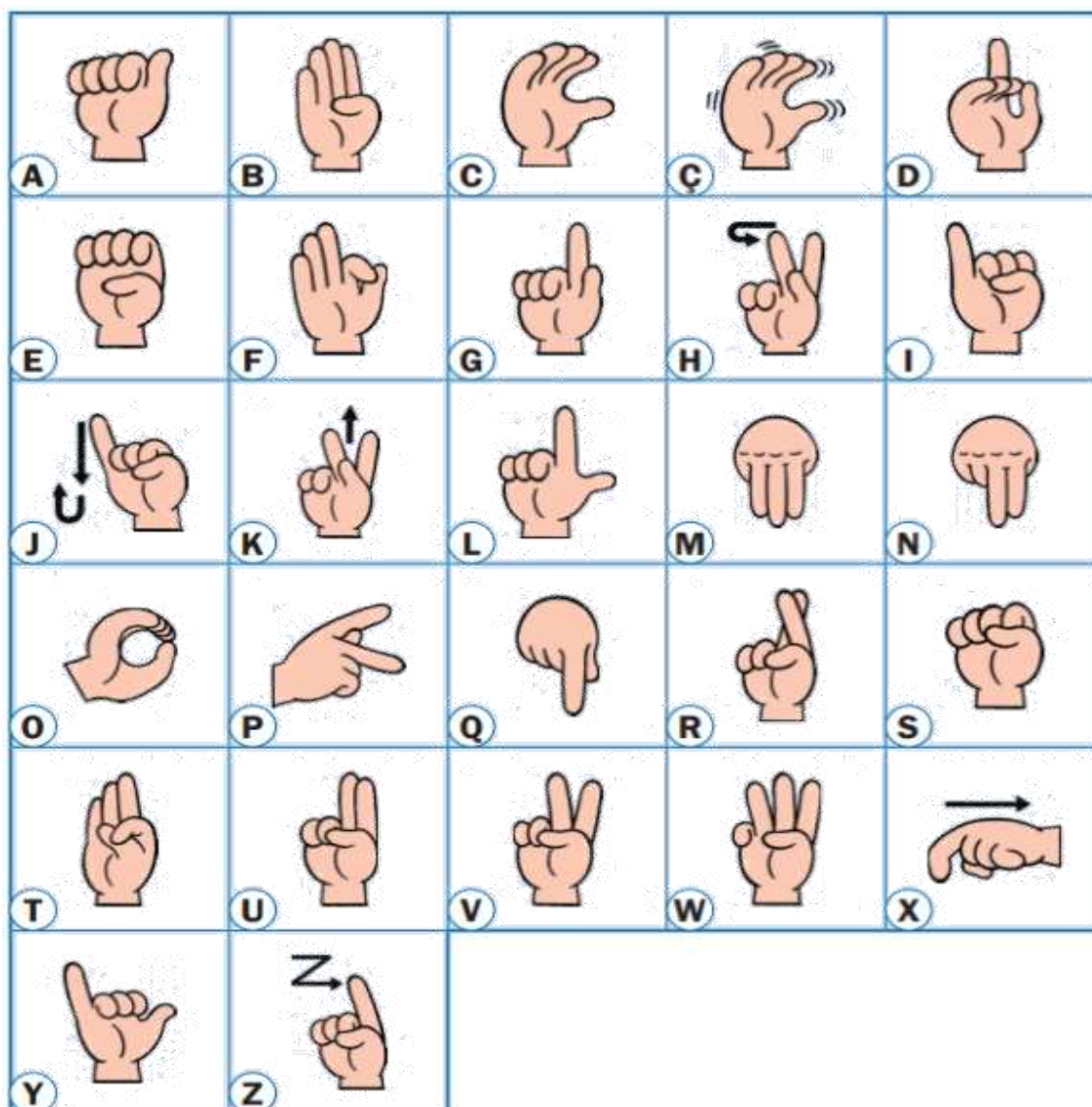
Portanto, quando pensamos na acessibilidade comunicacional para as pessoas surdas é necessário levar em conta todas as diferenças linguísticas e identitárias desse público. O ideal seria que nos diferentes espaços sociais e de educação formal e não formal, existissem

peças proficientes em Libras, que pudessem estabelecer uma comunicação direta ou mesmo profissionais tradutores intérpretes de Libras aptos a mediar à comunicação entre ouvintes e surdos. Infelizmente, essa realidade ainda é pouco vista em nosso país, com alguns avanços em espaços públicos, principalmente em espaços culturais e salas de aula.

### ALFABETO MANUAL DA LIBRAS

“O alfabeto manual da Língua Brasileira de Sinais é usado para descrever palavras que não tenham um sinal específico, nomes próprios, endereços, entre outras especificidades” (Honora, 2015, p. 68). Vale ressaltar que cada país tem seu alfabeto manual. O uso do alfabeto manual para descrever nomes próprios e demais palavras que não têm um sinal específico é chamado de datilologia.

Imagem 3 – Alfabeto Manual da LIBRAS



**Fonte:** Honora (2015)

## JANELA COM INTÉRPRETE DE LIBRAS

Segundo a ABNT NBR 15290 - Acessibilidade em comunicação na televisão, janela de Libras é o “espaço delimitado no vídeo onde as informações veiculadas na língua portuguesa são interpretadas em Libras” (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016).

O Guia para produções audiovisuais acessíveis, de 2016, elaborado pelo Ministério da Cultura, define janela de interpretação da língua de sinais como:

O espaço destinado à tradução entre uma língua de sinais e outra língua oral ou entre duas línguas de sinais, feita por Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), na qual o conteúdo de uma produção audiovisual é traduzido num quadro reservado, preferencialmente, no canto inferior esquerdo da tela, exibido simultaneamente à programação (Brasil, 2016).

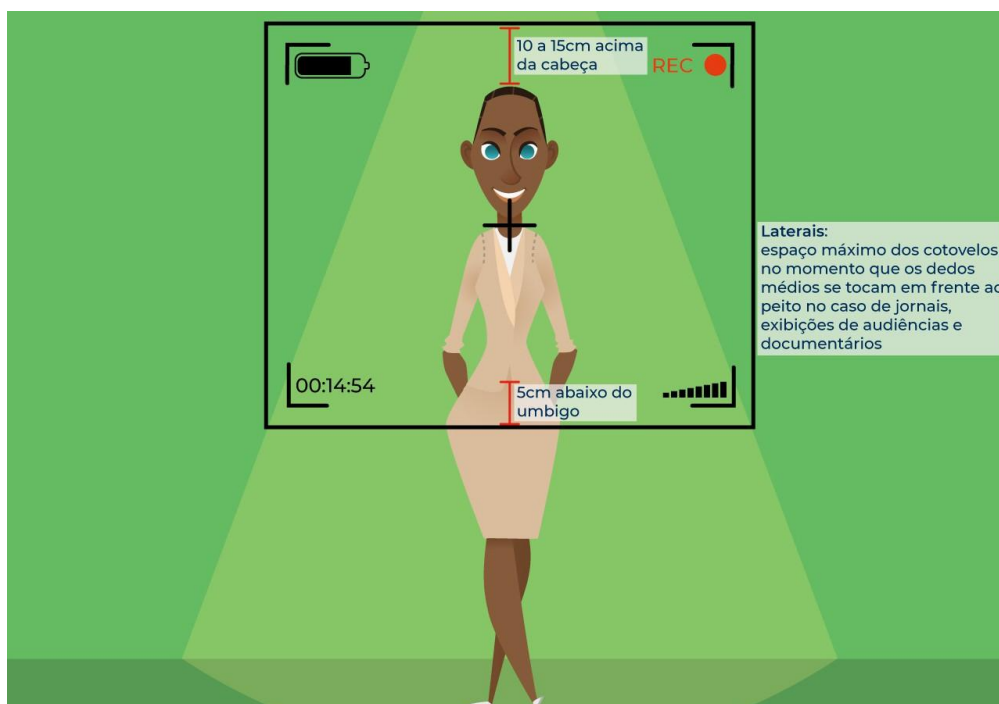
Quanto as especificidades e orientações para o uso da janela de interpretação da língua de sinais, a ABNT NBR 15290 - Acessibilidade em comunicação na televisão, indica que os contrastes devem ser nítidos, quer em cores, quer em preto e branco; deve haver contraste entre o plano de fundo e os elementos do intérprete (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016).

Enquanto a ABNT NBR 15610 - Televisão digital terrestre – Acessibilidade – Parte 3: Língua de Sinais (Libras) indica que o receptor deve permitir que o usuário reconfigure a posição e o tamanho da janela para um tamanho que seja de acordo com as suas necessidades (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2016). O Guia para produções audiovisuais acessíveis do Ministério da Cultura, Brasil (2016), também apresenta orientações para a elaboração da janela de interpretação de Língua de Sinais.

Por considerarmos que podem ser úteis em outras situações, como em cursos a distância, comunicação em telas e transmissões de eventos on-line, trazemos algumas dessas orientações: a altura da janela deve ser no mínimo metade da altura da tela do televisor; a largura da janela deve ocupar no mínimo a quarta parte da largura da tela do televisor; sempre que possível, o recorte deve estar localizado de modo a não ser encoberto pela tarja preta da legenda oculta; e quando houver necessidade de deslocamento do recorte na tela do televisor, deve haver continuidade na imagem da janela.

No que se refere ao enquadramento do intérprete na janela, a posição da câmera deve ser ajustada para que o intérprete fique enquadrado na janela com as seguintes medidas: parte superior: entre 10 a 15 cm acima da cabeça; parte inferior: 5 cm abaixo do umbigo; laterais: espaço máximo dos cotovelos no momento em que os dedos médios se tocam em frente ao peito no caso de jornais, exibições de audiências e documentários (Brasil, 2016).

#### Imagem 4 – Enquadramento do Intérprete na janela



Fonte: Brasil, 2020.

Vale ressaltar que desde 2014, todos os projetos de produção audiovisual financiados com recursos públicos federais geridos pela Agência Nacional do Cinema (ANCINE) devem contemplar, nos seus orçamentos, serviços de legendagem, legendagem descritiva, audiodescrição e Libras (Língua Brasileira de Sinais). Várias salas de cinema já estão disponibilizando esses recursos, por meio de dispositivos que devem ser solicitados pelas pessoas com deficiência no momento da compra do ingresso.

Nos serviços de radiodifusão de sons e imagens, ou seja, na televisão, a Portaria no 310, de 27 de junho de 2006, do Ministério das Comunicações, dispõe sobre o uso desse recurso, atualmente obrigatório em propaganda político-partidária e eleitoral, em campanhas institucionais e em informativos de utilidade pública. A mesma portaria estabelece que o projeto de desenvolvimento e implementação da televisão digital no Brasil deverá permitir o

acionamento opcional da janela com intérprete da Libras para os espectadores que necessitarem desse recurso, de modo a possibilitar sua veiculação em toda a programação.

Em outras palavras, com a tecnologia da TV Digital, será possível acionar a janela da Libras com um simples controle remoto, à semelhança do que ocorre com o closed caption. O fluxo de vídeo da Libras seria apresentado no receptor da TV Digital em uma janela sobreposta ao canal sintonizado, sendo possível posicioná-la e redimensioná-la a critério do telespectador.

## **LINGUAGEM SIMPLES**

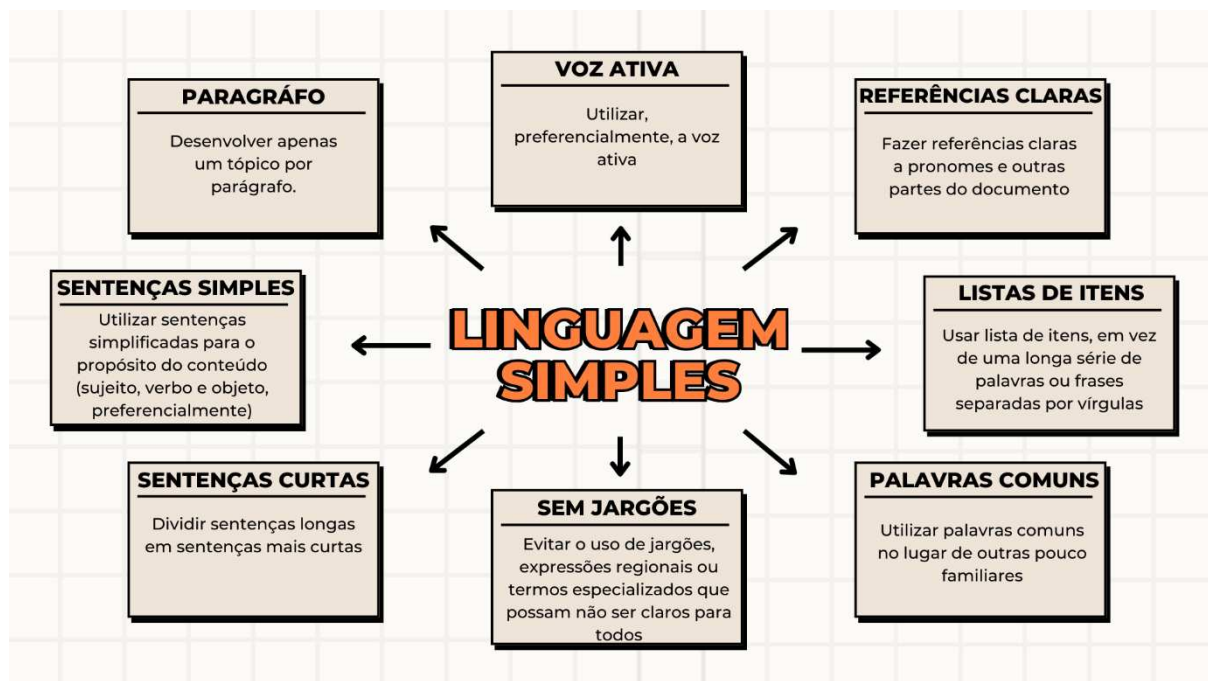
Linguagem clara (ou linguagem simples) é um conjunto de práticas que facilitam a leitura e a compreensão de textos. Considera o público a quem a comunicação se destina para organizar as ideias, escolher as palavras mais familiares, estruturar as frases e estruturar o design (Fischer, 2018). Com a linguagem simples, o leitor pode encontrar rapidamente as informações necessárias, compreendê-las com facilidade e utilizá-las.

“Uma comunicação em linguagem clara é visualmente convidativa e fácil de ler porque foi escrita com essa meta. Costuma ter o tom de uma conversa amigável e respeitosa” (FISCHER, 2018, p. 14). Dessa forma o direito que toda pessoa tem de entender textos relevantes para o seu cotidiano é reconhecido e a linguagem exerce sua função primordial de esclarecer e tornar a informação acessível.

Com tudo, é necessário enfatizar que a linguagem simples não significa simplificação excessiva ou perda de profundidade na comunicação, mas sim a escolha de palavras, estruturas e formatos que facilitem a leitura e a compreensão. Isso envolve evitar jargões, termos técnicos desnecessários e construções complexas, privilegiando frases diretas, exemplos práticos e uma organização lógica das ideias.

O documento e MAG – Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico, Brasil (2014), recomenda o uso de texto simples em sítios da internet e apresenta algumas técnicas que auxiliam na melhora da inteligibilidade de textos, como mostra a figura abaixo:

Figura 4 – Técnicas para a escrita em Linguagem Simples



**Fonte:** Elaborado pela Autora, 2025

No contexto do atendimento em bibliotecas, a linguagem simples desempenha um papel essencial na comunicação de informações de interesse público. Ela permite que um número maior de usuários compreenda as mensagens transmitidas. Por isso, pode ser adotada em diversas situações, como na elaboração de materiais informativos, na organização de eventos, na condução de cursos, nas informações disponibilizadas na internet e especialmente, no atendimento direto aos usuários com necessidades específicas.

## LEGENDAS DESCRITIVAS

De acordo com o guia para produções audiovisuais acessíveis, legenda descritiva “é a tradução das falas de uma produção audiovisual em forma de texto escrito, podendo ocorrer entre duas línguas orais, entre uma língua oral e outra de sinais ou dentro da mesma língua” (Brasil, 2016). Esse recurso de acessibilidade que apresenta, em texto escrito, as informações sonoras relevantes, falas, diálogos e outros sons do ambiente em situações diversas, como uma *live* na internet, um programa de TV ou um filme. A legenda descritiva, também conhecida como legenda para surdos e ensurdecidos (LSE), favorece a transmissão da mensagem

sobretudo para as pessoas com deficiência auditiva, especialmente as pessoas surdas que compreendem o português.

Antes da obrigatoriedade das legendas, as pessoas surdas costumavam observar as imagens e tentar entender o que ocorria, no entanto, quando estes passam a conviver com mais independência, segurança e acesso à informação, não se aceita retrocesso. Assim como no caso das legendas, diversas tecnologias de informação e de comunicação têm estimulado o surdo a se apropriar delas, no sentido de amplificar sua independência comunicacional e informativa.

Outros indivíduos, além das pessoas com deficiência auditiva, são favorecidos pelo uso de legendas descritivas, em situações diversas como: na ausência de caixas de som ou de fones de ouvido; em ambientes silenciosos, na ausência de fones de ouvido ou em ambientes com muito barulho.

Segundo a ABNT 15290 – Acessibilidade na comunicação em televisão, a legenda descritiva pode ser disponibilizada nas seguintes formas:

- ✓ Legendas abertas (open caption) – sempre aparecem na mídia que transmite um conteúdo audiovisual, ao vivo ou gravado, e não podem ser desativadas;
- ✓ Legendas fechadas (closed caption) – podem ser ativadas e desativadas da mídia que transmite um conteúdo audiovisual, ao vivo ou gravado.

Além da ABNT, o guia de produções acessíveis, já citado anteriormente, também traz orientações quanto ao uso e elaboração das legendas descritivas, apresentando parâmetros específicos para ouvintes e pessoas surdas ou ensurdecidas, essas padronizações devem ser consultadas sempre que necessário para que a legenda cumpra o papel de acessibilidade, para qual foi produzida.

## **TECNOLOGIAS ASSISTIVAS**

Em nossos estudos, constatamos que os surdos que frequentam a Biblioteca do IFCE Campus Sobral, são bilíngues, ou seja, usam a Língua de Sinais como primeira Língua (L1) e a Língua Portuguesa escrita como segunda Língua (L2), nesse contexto, as tecnologias têm se apresentado como ferramentas fundamentais para o desenvolvimento e a constituição dos sujeitos surdos, uma vez que possibilitam esse diálogo entre as duas línguas. Trazemos

aqui alguns exemplos práticos que podem ser usados no dia a dia para tornar a comunicação mais acessível entre os ouvintes e as pessoas surdas:

- Aplicativos e programas para tradução e noções básicas da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Exemplos:

**Hand Talk** - O Hand Talk é um tradutor de conteúdos para a Língua Brasileira de Sinais usado para converter textos digitais, textos fotografados, áudio e imagens. O aplicativo usa um *avatar* (representação digital de uma pessoa em um ambiente virtual) digital para desenvolver os gestos e facilitar a comunicação com pessoas surdas ou com dificuldade auditiva. O aplicativo também oferece curso gratuito de acessibilidade digital, *plugin* (módulo de extensão) para tornar sites mais acessíveis, suporte técnico, *dashboard* (painel de gestão) do cliente para visualizar métricas de uso.

#### Imagem 5 - Imagens ilustrativas do Aplicativo Hand Talk



Fonte: Hand Talk, 2025

**VLibras** – A suíte VLibras é um conjunto de ferramentas gratuitas e de código aberto que traduz conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) em Português para Libras, tornando computadores, celulares e plataformas Web mais acessíveis para as pessoas surdas.

O VLibras é o resultado de uma parceria entre o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGISP), por meio da Secretaria de Governo Digital (SGD), o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNDPD), e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), através do Laboratório de Aplicações de Vídeo Digital (LAVID).

**Imagem 6** - Banner VLibras



**Fonte:** Brasil, 2025

**LibrasLab** – Aplicativo que permite aprender a Língua Brasileira de Sinais (Libras) de forma divertida e eficiente. O aplicativo oferece aulas sobre diversos assuntos, como gramática e sinais, e conta com Inteligência Artificial para ajudar na aprendizagem. O LibrasLab pode ser utilizado para a comunicação com pessoas surdas, aprender uma nova língua, melhorar a fluência na Libras e conhecer a gramática da Libras. O LibrasLab está disponível para Android.

**Imagem 7** - Slogan do aplicativo



**Fonte:** Libraslab, 2025.

**Libras Quest** - Um aplicativo educacional *gamificado* que ensina a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) por meio de desafios e missões interativas, promovendo aprendizado lúdico para iniciantes e interessados.

Imagem 8 - Tela do aplicativo



**Fonte:** Libras Quest, 2025.

- Dicionário em Libras - Dicionário da Língua Brasileira de Sinais disponibilizado através do site acessibilidade Brasil, possibilita a consulta de sinais da Libras por meio da digitação de palavras em português, apresentando as palavras em ordem alfabética, por assunto e configuração de mão, conforme apresentado na figura abaixo:

### Imagem 9 – Demonstração do Dicionário da Língua Brasileira de Sinais

**LIBRAS** Dicionário da Língua Brasileira de Sinais

**Busca**  
 Palavra  Exemplo  Acepção  Assunto  
 Palavra:  N\*:

**Ordem**  
 Alfabética  Por assunto  Mão  
 A - B - C - D - E - F - G - H - I - J - K - L - M - N - O - P - Q - R - S - T - U - V - W - X - Y - Z

|   |   |  |                   |
|---|---|--|-------------------|
| <b>Assuntos</b><br>NENHUM   | <b>Palavras</b><br>-- SELECIONE --<br>LIVRO     | <b>Mão</b><br>   | <b>Vídeo</b><br>  |
| <b>Acepção</b><br>Obra de caráter literário, científico ou artístico, composta de folhas ou páginas presas e montadas em capa flexível ou rígida. | <b>Exemplo</b><br>Você não encontrou meu livro? | <b>Exemplo Libras</b><br>VOCÊ ENCONTRAR NÃO ME@ LIVRO? | <b>Imagem</b><br> |
|   | <b>Classe Gramatical</b><br>SUBSTANTIVO         | <b>Origem</b><br>Nacional                              |                   |

**Acessibilidade Brasil**  
 www.acessobrasil.org.br

- créditos - libras em cd

Fonte: Brasil, 2025.

## CURSOS GRATUITOS SOBRE ACESSIBILIDADE NA COMUNICAÇÃO

Traremos aqui algumas Instituições que oferecem cursos gratuitos e seguros para a aprendizagem sobre comunicação acessível e Língua Brasileira de Sinais, pois acreditamos que para uma prestação de serviços acessível é necessário conhecimento adequado.

**Escola Nacional de Administração Pública - (Enap)**: Oferta capacitações para promoção de um ambiente mais inclusivo e acessível. Todos dão direito a emissão de certificado, desde que o aluno cumpra os requisitos mínimos exigidos:

- **Conselhos dos Direitos da Pessoa com Deficiência**: oferece formação básica em direitos humanos ligados ao atendimento especial às pessoas com deficiência.

- Introdução à Libras: curso introdutório sobre a Língua Brasileira de Sinais, focado para agentes públicos.
- Introdução à audiodescrição: entenda os recursos de audiodescrição, especialmente em sites, mídias sociais e publicações.
- Linguagem simples aproxima o governo das pessoas. Como usar? aprenda a simplificar aquele documento com uma linguagem super complexa e escrever textos com uma linguagem simples e compreensível.
- Primeiros passos para uso de Linguagem Simples: desenvolvido pela Enap, em parceria não onerosa com a jornalista e pesquisadora Heloísa Fischer, este curso tem o intuito de apresentar sete diretrizes para a produção de textos informativos com linguagem simples, que sejam mais fáceis de serem lidos e compreendidos pela maior parte das pessoas. A linguagem simples apresenta-se, ao mesmo tempo, como uma causa social e uma técnica de comunicação.

**Instituto Federal Sul Rio Grandense - IFSul**: Oferta uma diversidade de cursos gratuitos sobre acessibilidade, pessoas com deficiência, e Línguas Brasileira de sinais, entre eles destacamos aqui os que julgamos mais relevantes para o aprofundamento da temática proposta. Todos dão direito a emissão de certificado, desde que o aluno cumpra os requisitos mínimos exigidos:

- Aspectos legais da inclusão – Com o objetivo de discutir sobre Educação Inclusiva alicerçados nos aspectos legais.
- Deficiência Auditiva e Surdez – Com o objetivo de apresentar o sujeito surdo, sua língua e sua cultura e como esses elementos refletem na sua educação.
- LIBRAS I - Com o objetivo de ensinar o conteúdo básico da Libras.
- LIBRAS II - Com o objetivo de ensinar LIBRAS, partindo de situações diferentes em que a Libras é usada de forma avançada e específica.
- LIBRAS III - Com o objetivo de proporcionar uma imersão na Libras de forma contextualizada e com práticas comunicacionais.
- Escrita de sinais da Libras - Com o objetivo do estudo da escrita de sinais (*signwriting*) como um processo de valorização da Libras.

**Instituto Federal Espírito Santo - IFES**: Também oferta cursos da área de inclusão e acessibilidade, entre eles destacamos aqui os que julgamos mais relevantes para o

aprofundamento da temática proposta. Todos dão direito a emissão de certificado, desde que o aluno cumpra os requisitos mínimos exigidos:

- **Acessibilidade e Tecnologia** - O curso tem como objetivos apresentar os conceitos relacionados à inclusão e acessibilidade, destacar os tipos de acessibilidade e a tecnologia assistiva, bem como apresentar algumas tecnologias para a produção de materiais digitais acessíveis.
- **Introdução à Libras** - É um curso que objetiva ensinar noções teóricas básicas sobre a Língua Brasileira de Sinais. É fundamentado nos valores institucionais de comprometimento com a inclusão e diversidade e na promoção da inclusão e acessibilidade comunicacional estabelecidas nas Leis 10.098/2000, 10.436/2002 e 13.146/2015, além das regulamentações da Lei 10.436/2002, previstas nos Decretos 5626/2005 e 9656/2018.

## ACESSIBILIDADE NA PRÁTICA

Pretendemos neste capítulo apresentar práticas de acessibilidade comunicacional para pessoas surdas, oferecidas em bibliotecas e outras instituições, assim como sugestões de atividades que envolvam a comunidade surda e promova suas manifestações literárias, a fim de subsidiar o planejamento dos serviços e produtos oferecidos às pessoas surdas.

Vimos ao longo deste e-book, conceitos, histórias, recursos e um vasto apanhado de informações sobre as pessoas surdas e suas manifestações culturais, julgamos que tudo isso é de suma importância para a criação de uma cultura inclusiva em bibliotecas, no entanto, consideramos que apresentar estratégias que possam ser aplicadas, a partir dos recursos apresentamos, são fundamentais para que a inclusão e acessibilidade sejam efetivadas, a partir de casos de sucessos e implantação de serviços que favoreçam o contato com a língua brasileira de sinais e manifestações culturais da comunidade surda.

A Febab - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições, criou em 2021 o projeto intitulado “Bibliotecas sem barreiras: criando uma rede para atendimento integral às pessoas com deficiência” teve como objetivo principal formar uma rede de bibliotecas brasileiras que oferecem projetos ou ações de melhoria de serviços e produtos acessíveis a toda comunidade, em 2022 o projeto foi intitulado Rede de Bibliotecas Acessíveis, e em 2024, passa a ser denominada “Rede de Bibliotecas Inclusivas”.

A Rede Brasileira de Bibliotecas Inclusivas é composta por bibliotecas de diversas tipologias que buscam ampliar a inclusão das pessoas com deficiência em seus produtos e serviços e tem como missão, o compartilhamento de recursos, experiências e ações em prol da acessibilidade em bibliotecas.

Entre as bibliotecas que fazem parte da rede de bibliotecas inclusivas, destacamos a biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos, que oferece um repositório com conteúdo em libras para as pessoas surdas nas diversas áreas do conhecimento, entretenimento, arquivos históricos e jornalismo, além de cursos e outros serviços disponíveis em suas plataformas digitais.

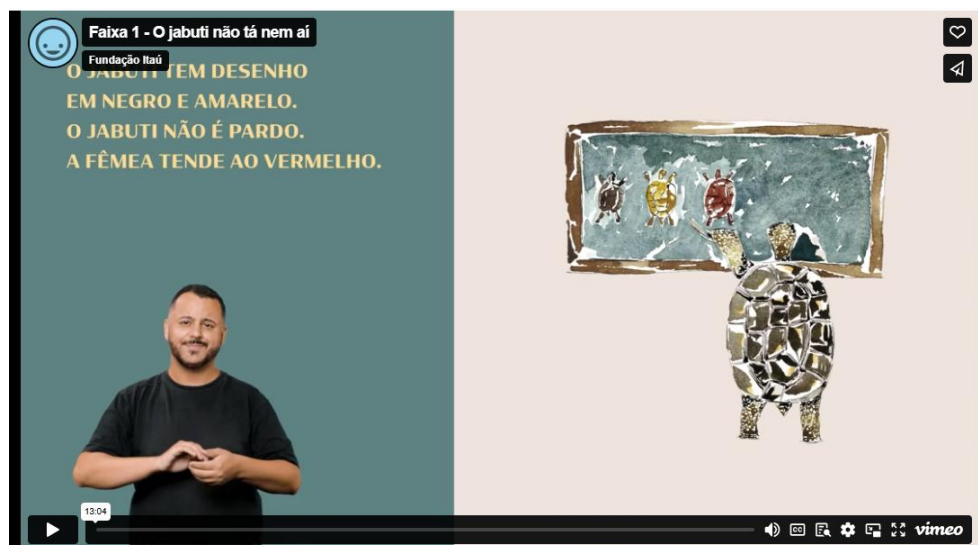
A biblioteca mais diferenças, também é um importante instrumento na promoção da acessibilidade comunicacional, trata-se de uma Organização da Sociedade Civil (OSC), que

desenvolve diversos projetos de educação e cultura inclusivas. O trabalho da biblioteca mais diferenças é promover a acessibilidade, a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência, seus projetos são realizados em parceria com outras organizações, governos e empresas. A biblioteca Mais Diferenças já desenvolveu mais de 70 livros de literatura acessíveis, além de mediações, cursos e oficinas sobre leitura acessível e inclusiva.

Outra instituição que oferece acessibilidade em serviços para pessoas surdas é a Biblioteca Universitária da UFSC, que disponibiliza um acervo de livros e outros materiais em libras, em seu repositório institucional. Destacamos também os serviços e coleções acessíveis que estão disponibilizados na rede, como portal de livros acessíveis, leituras inclusivas e tecnologias assistivas gratuitas.

O Itaú social também é instituição parceira nesse projeto é que oferece um acervo de literatura infantil acessível em várias linguagens, como livro com locução, libras, audiodescrição poética e libras expandidas. A Figura 4 mostra a ilustração de um livro acessível.

**Figura 4** – Ilustração do livro acessível “O jabuti não tá nem aí”



**Fonte:** Assumpção, 2023.

Outras ações que podem ser desenvolvidas nas bibliotecas para promover a acessibilidade desse grupo de pessoas, são os eventos desenvolvidos em parceria com a comunidade surda, voltados para a promoção da literatura surda, como recitais de poesia, palestras e discussões que promovam a língua brasileira de sinais. Promover uma agenda cultural nas bibliotecas que envolva a literatura e outras manifestações culturais da comunidade

surda, farão com que o aprendizado em Libras e cursos sobre acessibilidade sejam reforçados e não caiam no esquecimento. Portanto, essas e outras iniciativas exemplificadas neste e-book, são inspirações e exemplos colhidos da literatura pertinente que podem contribuir para bibliotecas como ambientes acessíveis e inclusivos.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Márcia Cristina Barreto Fernandes de. Abordagem socioantropológica da surdez, Língua de Sinais e Educação Bilíngue: uma perspectiva histórica e cultural. *Obutchénie. Revista de Didática e Psicologia Pedagógica*, [S. l.], v. 4, n. 3, p. 711–734, 2020. DOI: 10.14393/OBv4n3.a2020-58434. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/Obutchenie/article/view/58434>. Acesso em: 6 fev. 2025.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15290– Acessibilidade em comunicação na televisão**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599– Acessibilidade em comunicação na prestação de serviços**. Rio de Janeiro: ABNT, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 16452 – Acessibilidade na comunicação – Audiodescrição**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR ABNT NBR ISO 24495-1 - Linguagem Simples: Parte 1: Princípios e diretrizes norteadores**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- ASSUMPÇÃO, Itamar. **O jabuti não tá nem aí**. Itaú Social: Caixote, 2023
- BENJAMIM, Pedro Miguel Cavaco. **Evolução do diagnóstico de surdez e o seu impacto na sociedade**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2019. Dissertação. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/PedroMBenjamim%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/PedroMBenjamim%20(1).pdf). Acesso em: 04 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Cultura Secretaria do Audiovisual. **Guia para produções audiovisuais acessíveis**. Brasília, 2016.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania. **Acessibilidade na Comunicação**. Brasília: ENAP, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. **Dicionário da Língua Brasileira de Sinais**. Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. **VLibras**. Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/acessibilidade-e-usuario/vlibras>. Acesso em: 10 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Especial dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência: estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://l1nk.dev/oA1dn>. Acesso em: 03 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **eMAG Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico**. Brasília: MP, SLTI, 2014.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**: promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: <https://l1nk.dev/UVUe0>. Acesso em: 03 fev. 2025.

CRISTIANO, Almir. **Alfabeto manual**. Libras, 2020.

FISCHER, Heloísa. **Clareza em textos de e-gov: uma questão de cidadania**. Rio de Janeiro: com clareza, 2018.

FURTADO, Rita Simone Silveira. **Surdez e a relação pais-filhos na primeira infância**. Rio Grande do Sul: UBRA, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981. E-book. p.1. ISBN 9788521637387. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521637387/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: notas técnicas versão 1.13**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102014\\_notas\\_tecnicas.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102014_notas_tecnicas.pdf). Acesso em: 03 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: pessoas com deficiência 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf). Acesso em: 03 fev. 2025.

HAND TALK. **Descubra o universo das Línguas de Sinais**. Maceió, 2025. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/aplicativo/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

HONORA, Márcia. **Inclusão educacional de alunos com surdez: concepção e alfabetização - ensino fundamental 1º ciclo**. São Paulo: Cortez Editora, 2015. E-book. p.36. ISBN 9788524924057. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788524924057/>. Acesso em: 07 fev. 2025.

LIBRASLAB. **Um jeito divertido e fácil de aprender Libras**. Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.libraslab.com.br/>. Acesso em: 10 fev. 2025.

**LIBRASQUEST**. Brasil, 2025. Disponível em: <https://encurtador.com.br/H3EcS>. Acesso em: 10 fev. 2025.

MOURA, Débora Rodrigues. **Introdução à surdez e à Libras**. ENAP: Brasília, 2016.

NAPOLITANO, Carlos José, LEITE, Lúcia Pereira, MARTINS, Sandra Eli S. de Oliveira. **Acessibilidade em pauta na comunicação midiática**. Journal of Research in Special Educational Needs, 2016. n.16, p, 126-129. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1471-3802.12136>. Acesso em: 10 jun. 2023.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Cultura e educação bilíngue no pulsar das Identidades surdas contemporâneas. In: **Educação de Surdos em debate**: Curitiba: UTFPR, 2014.

PERLIN, Gladis Teresinha Taschetto. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PEREIRA, Rachel de C. **Surdez: Aquisição de Linguagem e Inclusão Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Thieme Revinter, 2017. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788554651619/>. Acesso em: 04 jan. 2025.

QUADROS, Ronice Müller de. **Libras**. São Paulo: parábola, 2019.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar. /abr. 2009, p. 10-16. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI\\_-\\_Acessibilidade.pdf?1473203319](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319). Acesso em: 10 jun. 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Entrevista: Acessibilidade: a chave para a inclusão social. Entrevista concedida a Guilherme Braga. **Canal da Igualdade Inclusão & Diversidade**, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/pPDUS>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SILVA, Sidney Pessoa Madruga da. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas**. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555598308/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

STROBEL, Karin. **As Imagens do Outro Sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

VERGAMINI, Sabine. **Acessibilidade comunicacional: surdos que sinalizam**. Projeto inclusão com acessibilidade no trabalho, 2020. Disponível em: <https://www.acessibilidadenotrabalho.org/modulos/acessibilidades/acessibilidade-comunicacional-surdos-que-sinalizam>. Acesso em: 09 jun. 2023.

WILCOX, Sherman; WILCOX, Phillis Perrin. **Aprender a Ver**. Petrópolis: Editora Arara Azul. Tradução: Tarcísio de Arantes Leite. 2005.